



ESTUDOS & PESQUISAS
INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

11

CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS E URBANOS DO BRASIL

UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Dyogo Henrique de Oliveira

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Claudio Dutra Crespo (em exercício)

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant`Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia
Claudio Stenner

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia

Estudos e Pesquisas
Informação Geográfica
número 11

Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil

Uma primeira aproximação

Rio de Janeiro
2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1679-480X Estudos e pesquisas

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série **Estudos e Pesquisas** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.)

ISBN 978-85-240-4421-2 (meio impresso)

© IBGE. 2017

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ilustração

Fabio Muniz de Moura - Gerência de Editoração/CDDI

Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil : uma primeira aproximação / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

84p. - (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, ISSN 1517-1450 ; n. 11)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-240-4421-2

1. Geografia humana. 2. Geografia urbana. 3. Geografia rural. 4. Territorialidade humana. 4. Geografia. 5. IBGE. I. IBGE, Coordenação de Geografia. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2017-15

CDU 911.3
GEO

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação

Introdução

Primeira aproximação das categorias rural e urbano

As dimensões tradicionais da classificação rural-urbano

Resgate histórico de uma abordagem geográfica

Abordagens institucionais

Experiências internacionais

Tipologia Regional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

Tipologia da União Europeia

Tipologia da Inglaterra e País de Gales

Tipologia da Austrália

Tipologia dos Estados Unidos da América

Experiência nacional

Tendências atuais das classificações territoriais institucionais

Proposta de classificação dos espaços rurais e urbanos no Brasil: tipologia municipal

População em áreas de ocupação densa

Proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total

[Localização](#)[Cruzamento das variáveis](#)[Referências](#)[Anexo](#)[Bibliografia sobre o tema habitat rural](#)

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Com a publicação *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*, o Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE, coloca em debate um dos temas mais caros à identidade geográfica dessa Instituição.

A presente publicação reúne não só a discussão contemporânea sobre esse tema, como apresenta a trajetória conceitual construída pela Geografia do IBGE desde os anos 1930 em torno da delimitação das dimensões – rural e urbana – que carregam traços ambientais, culturais, sociais e econômicos, determinantes até hoje para a caracterização da sociedade e do território brasileiro.

Além disso, este estudo fornece uma retrospectiva dos critérios utilizados em outros países, revelando, assim, as diferentes abordagens e dados estatísticos utilizados para enfrentar a temática rural-urbana entre diversas nações. O debate aqui apresentado faz parte de um esforço com vistas a elaborar uma nova classificação para a divulgação do Censo Demográfico 2020.

Finalmente, constituindo uma informação geográfica central ao conhecimento e à ação pública e privada sobre o Território Nacional, a delimitação entre os espaços rurais e urbanos conta na atualidade com um rico instrumental cartográfico e estatístico capaz de abordar, em múltiplas escalas, o desafio que é o de classificar o Brasil a partir do movimento de continuidade/descontinuidade construído entre os espaços rurais e urbanos.

Wadih João Scandar Neto

Diretor de Geociências

Introdução

Conceitos centrais da Geografia, os espaços urbanos e rurais se apresentam na atualidade com características diversas e são marcados por relações e funções cada vez mais interligadas, o que evidencia a complexidade na definição de uma abordagem única para sua delimitação. Mesmo reconhecendo a dificuldade em estabelecer distinções entre o meio urbano e o meio rural, não se pode ignorar sua importância para fins da ação pública e privada tendo em vista o planejamento territorial do Brasil. A grande demanda de classificações por parte da academia, da administração pública e da sociedade em torno desse tema não deixa dúvidas quanto à pertinência dessa discussão de forma contínua, considerando diversas abordagens e escalas.

As transformações que ocorreram no campo e nas cidades nos últimos 50 anos vêm a demandar, nos dias de hoje, abordagens multidimensionais na classificação territorial. O rural e o urbano, enquanto manifestações socioespaciais, se apresentam de forma bastante complexa e heterogênea, portanto, a identificação de padrões dessas manifestações se constitui um desafio principalmente ao se considerar a extensão do território brasileiro.

Em relação ao meio rural vale destacar elementos como o aumento das atividades não agrícolas, a mecanização, a intensificação da pluriatividade, a valorização da biodiversidade, a expansão do setor terciário e a intensificação de fluxos materiais e imateriais na caracterização e maior compreensão de suas dinâmicas.

Por outro lado, a intensa urbanização vivenciada no País deve levar em conta hoje não apenas os processos migratórios como também o fenômeno da peri-urbanização tanto pela difusão do modo de vida urbano quanto pela construção de novas zonas residenciais.

A relação entre os espaços urbanos e rurais deve também considerar as ligações urbano-rurais, que podem ser representadas pelos fluxos de bens, pessoas, recursos naturais, capital, trabalho, serviços, informação e tecnologia, conectando zonas rurais, peri-urbanas e urbanas. Essas conexões são complementares e sinérgicas e impactam na configuração espacial brasileira.

Tendo em vista o presente cenário, o IBGE apresenta essa publicação como uma âncora para debates sobre o tema rural-urbano no IBGE com o propósito de uma nova classificação com vistas à divulgação do Censo Demográfico 2020.

A publicação apresenta uma proposta de classificação, por município, dos espaços rurais e urbanos, identificados a partir de critérios comuns para todo o País. Ressalta-se que esse esforço deve ser visto como uma primeira aproximação, necessária, mas que por si só não esgota a dimensão total do sentido de território, encorajando outros níveis de análise.

A escolha da tipologia municipal mais que apreender a realidade, tornando-a mais simples, se justifica na orientação de estudos e na condução de planejamento e gestão territorial que tenham como base de formulação e operacionalização de políticas públicas os municípios.

Além desta Introdução, a publicação está estruturada em três capítulos temáticos: no primeiro, **Primeira aproximação das categorias rural e urbano**, é apresentada uma discussão conceitual contemporânea sobre o tema e também expõe a trajetória conceitual construída pela Geografia do IBGE desde os anos 1930 em torno da delimitação das dimensões rural e urbana. Já o segundo capítulo **Abordagens institucionais** apresenta o contexto político-institucional internacional e nacional e fornece uma retrospectiva dos critérios utilizados em outros países. O terceiro capítulo **Proposta de classificação dos espaços rurais e urbanos no Brasil: tipologia municipal** apresenta o desenvolvimento da metodologia e os referenciais empregados na elaboração da presente proposta de tipologia municipal rural-urbano. No Anexo a **Bibliografia sobre o tema habitat rural** divulgada pela *Revista Brasileira de Geografia* desde sua criação em 1939, pelo IBGE.

Primeira aproximação das categorias rural e urbano

Se, de uma maneira teoricamente ampla, pode-se considerar a sociedade atual como uma civilização urbana, por outro lado, no âmbito pragmático, o estabelecimento desses limites continua sendo motivo de preocupação, como é o caso da definição do perímetro urbano e classificação das áreas para fins estatísticos. (ENDLICH, 2010, p. 12)

Recentemente, na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável - Habitat III, realizada em 2016, 167 países adotaram a Nova Agenda Urbana (NAU) que objetiva orientar a política para a urbanização pelos próximos 20 anos. A Nova Agenda Urbana aponta que, até 2050, a população urbana do mundo irá praticamente dobrar, tornando a urbanização uma das tendências mais transformadoras do Século XXI.

Em escala global, além da Nova Agenda Urbana tem grande destaque na Habitat III, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, em especial o ODS 11¹, que propõe tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. O envolvimento da comunidade internacional na implementação de um objetivo com metas e indicadores dedicados à temática urbana e aos assentamentos humanos demonstra o grande impacto da urbanização nos territórios nacionais.

A urbanização é reconhecida como um fenômeno transformador e um dos principais vetores de transformação do Século XX. Kayser (1972) aponta que a expansão do regime capitalista no último século transformou profundamente o sistema de relações cidade-campo de

¹ Para informações mais detalhadas consultar o endereço <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/sdg-overview/goal-11.html>>.

forma mais profunda que a longa evolução dos séculos anteriores. Já Santos (2007, p. 23) ressalta que “a urbanização é simultaneamente um resultado e uma condição do processo de difusão do capital”. Sposito (2010), por sua vez, destaca que em uma retrospectiva é possível apontar a intensidade da urbanização como uma das principais marcas do século passado.

Se por um lado as populações, as atividades econômicas, as interações sociais e culturais, bem como os impactos ambientais e sociais estão cada vez mais concentrados nas cidades, por outro, novos elementos tem sido ressaltados trazendo novas perspectivas para o rural. Diversos autores (ABRAMOVAY, 2003; VEIGA, 2003; ENDLICH, 2010; ROSA; FERREIRA, 2010) alertam para um novo conjunto de atividades, além das primárias, que vem sendo desenvolvido no campo, além de outros, como Abramovay (2003), que também tem destacado a recente valorização das regiões interiores devido a diversos fatores como a biodiversidade, o patrimônio paisagístico e o estilo de vida. Concomitantemente, a urbanização acelerada transformou e continua transformando o parcelas do campo por meio da inserção de novas técnicas e pela de demanda crescente de alimentos e de recursos naturais.

No Brasil, o Decreto Lei n. 311, de 02.03.1938 associa a delimitação de zonas rurais e urbanas aos municípios. Contudo, muitas vezes as transformações econômicas e sociais alteram profundamente a configuração espacial dos municípios sem que a legislação consiga acompanhar em tempo hábil as novas estruturas territoriais e o processo de distribuição espacial das populações e das atividades econômicas.

É verdade também que os limites oficiais entre zona urbana e zona rural, são em grande parte instrumentos definidos segundo objetivos fiscais que enquadram os domicílios sem considerar necessariamente as características territoriais e sociais do município e de seu entorno. Atendem, portanto, aos objetivos das prefeituras, mas dificultam políticas públicas e investimentos preocupados com as outras facetas e escalas da classificação rural-urbano.

Os dilemas do planejamento envolvem uma grande preocupação com o tema. No Brasil, ela se manifesta também nas escalas estadual e municipal com a necessidade de informações que subsidiem o planejamento e a gestão, permitindo a coesão territorial, a redução das desigualdades territoriais, o desenvolvimento rural etc.

Finalmente, o desafio consiste em não apenas perceber essas categorias que, hoje, apresentam-se de forma diversa, mas também em criar instrumentos de planejamento que consigam manter a coesão dos territórios, respeitando e desenvolvendo a sua diversidade, em especial, da federação brasileira e dos países de dimensões continentais.

As dimensões tradicionais da classificação rural-urbano

Apesar de tradicionalmente estabelecidas como modos de qualificar as sociedades e o espaço, as categorias rural e urbano estão sujeitas às transformações que vem sendo operadas no decorrer do tempo. Com efeito, a realidade histórica sobre tais categorias demonstra uma grande diversidade de estruturas e organizações.

Williams (2011) destaca como o campo pode se referir tanto às práticas de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais como a sua organização pode se manifestar em tribo, feudo, campesinato, comuna rural, latifúndios e *plantations*. As cidades também se manifestam de forma bastante heterogênea, apesar de possuírem determinadas características comuns e há, prossegue o autor, uma série de assentamentos humanos que desafiam as estruturas tradicionais da cidade e do campo.

A formalização da distinção entre campo e cidade só se fez necessária a partir do Século XIX quando a urbanização, até então um processo lento, acelerou-se com a Revolução Industrial (DAVOUDI; STEAD, 2002)². A partir de então as análises sobre diferenciação rural-urbano tem se baseado em duas grandes linhas a dicotomia e o *continuum*.

A visão dicotômica dedicou-se a estabelecer uma oposição entre dois polos autônomos, bem delimitados e excludentes. Sua origem, segundo Davoudi e Stead (2002), remonta às transformações e problemas acarretados com o rápido processo de urbanização nos países europeus e ondas migratórias na América do Norte, sendo, portanto, predominantemente na virada do Século XIX. Os autores destacam que essa divisão, fruto das transformações sociais, levou a duas correntes: uma considerada anti-urbana na qual a vida rural era idealizada e seu desaparecimento lamentado e outra, pró-urbana, em que a urbanização era considerada o motor do progresso, inovação e modernização.

Os críticos ao modelo dicotômico apontavam que era possível encontrar áreas em uma cidade similares a áreas rurais e áreas na zona rural com características consideradas urbanas. Outra crítica recorrente era que a existência de dois polos estanques desconsiderava uma série de ocupações e assentamentos humanos que não se enquadravam em nenhuma das duas categorias.

O uso do conceito *continuum* rural-urbano remonta à meados da década de 1930 e se intensificou na década de 1960, como uma reação contra as dicotomias polarizadas (ROSA; FERREIRA, 2010; PAHL, 1966). De acordo com o *Dicionário Oxford de geografia humana*, o *continuum* rural-urbano é

Um conceito que postula que não há uma divisão aguda entre a vida urbana e rural, mas que os assentamentos existem ao longo de um contínuo de muito rural para altamente urbano. O urbano não para simplesmente e começa o rural, mas eles vazam através um do outro. Além disso, é possível encontrar espaços em uma cidade que parecem rurais, e lugares em áreas rurais que são bastante urbanos. Como tal é problemático falar de lugares como simplesmente rurais ou urbanos, em vez disso é preciso considerar como eles se entrelaçam e se sobrepõem (CASTREE; KITCHIN; ROGERS, 2013, p. 444, tradução nossa).

A perspectiva do *continuum* rural-urbano também apresenta problemas. Rosa e Ferreira (2010) destacam que o conceito tende a variar com a área do conhecimento assim como as categorias cidade, campo, rural e urbano. Apesar disso, as autoras

² A história da urbanização se dá com o surgimento dos primeiros assentamentos e cidades fruto da “Revolução Agrícola” ou “Revolução Neolítica” ainda na Antiguidade. O domínio da agricultura permitiu alimentar maiores contingentes populacionais, gerando inclusive excedentes alimentares, o que por sua vez liberou indivíduos para outras atividades (SOUZA, 2003; DAVOUDI; STEAD, 2002). Segundo Endlich (2010), esse processo reuniu os requisitos sociais e políticos necessários que viabilizaram a divisão socioespacial do trabalho e a contraposição entre o rural e o urbano. Essas cidades eram muito pequenas e cercadas por uma extensa maioria de população rural. A esse respeito, consultar o capítulo “Quando e como surgiram as primeiras cidades?”, em Souza (2003). Nesse período e, especialmente na Idade Média, os limites físicos entre cidade e campo eram mais claros, pois eram evidenciados pelas muralhas (ENDLICH, 2010).

ressaltam que a ideia de um *continuum* deve ser considerada, mesmo que de maneira a repensar esse conceito e sem descartar as formas de produção e consumo, as relações sociais e a configuração espacial dos grupos.

Pahl (1966) apontava para os perigos na aceitação excessiva de uma falsa continuidade e destacava que apesar das continuidades, era preciso considerar a existência de descontinuidades acentuadas, como o confronto entre o local e o nacional. Sposito (2010) aponta que uma das dimensões dessas descontinuidades é a territorial que se manifesta, por exemplo, na tendência à extensão territorial do processo de urbanização durante o Século XX. Essa característica culminou na alteração das morfologias urbanas e tornou menos nítida a distinção, na dimensão espacial, entre cidade e campo, pois aumentou a zona de transição entre os espaços urbanos e os espaços rurais.

Essas duas matrizes teóricas tem grande importância no desenvolvimento do debate sobre o rural e o urbano, mas o desafio consiste em como identificar e classificar o rural e o urbano. No sentido prático, a definição de limites entre os espaços rurais e urbanos, seja para fins administrativo-burocráticos seja para fins estatísticos tem sido feita baseada na seleção de um ou mais elementos.

As técnicas e critérios existentes para operacionalizar e classificar foram sistematizadas por Endlich (2010). São elas a delimitação político-administrativa; o corte populacional; a densidade demográfica; a ocupação econômica da população. Além deles, destacam-se também a morfologia e o modo de vida (ANGULO; DOMÍNGUEZ apud BERNARDELLI, 2010).

A delimitação administrativa ou político-administrativa é uma das formas tradicionalmente utilizadas na classificação territorial aplicada em países como o Reino Unido, a Tunísia, a África do Sul e o Brasil que utilizam limites oficiais na diferenciação, considerando o rural e o urbano como adjetivos territoriais (ENDLICH, 2010). No caso do Brasil, por exemplo, apesar da sua importância para os municípios, o critério político-administrativo, em parte das vezes não corresponde à realidade territorial daquela unidade federativa. Por outro lado, pode dar indicativos da dinâmica de ocupação ou imobiliária daquele município.

A classificação rural-urbano também tem sido feita por meio do tamanho populacional ou patamar demográfico. Nesse caso o urbano é definido pela concentração populacional enquanto o rural por sua dispersão. Endlich (2010) aponta que o uso desse critério de forma isolada expressa o urbano como mera aglomeração de pessoas, enquanto Bernardelli (2010, p. 34) ressalta que o patamar numérico é uma “simplificação problemática da realidade”.

A densidade demográfica, por sua vez, consiste na relação do número de habitantes por determinada área. As categorias são expressas comumente pelo número de habitantes por quilômetro quadrado e é adotada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD). Um dos desafios dessa metodologia é que a densidade não se apresenta de forma homogênea nas zonas urbanas (ENDLICH, 2010), assim como há alguma diferença nas zonas rurais.

A ocupação econômica da população, outra das formas utilizadas para classificação, define o rural e o urbano pela natureza das atividades econômicas. Nessa visão o rural é caracterizado pelas atividades primárias, principalmente agropecuárias e o

urbano pelo percentual significativo de população ocupada em atividades secundárias e/ou terciárias (ENDLICH, 2010). A diversificação das atividades nas zonas consideradas rurais é um dos desafios apontados pelos críticos dessa visão (ABRAMOVAY, 2003; ENDLICH, 2010).

A morfologia é outra forma de análise da questão rural-urbano. Por meio da análise das formas expressas pelas edificações, loteamentos, arruamento e uso do solo é possível apreender padrões morfológicos que podem ser utilizados para classificar o território entre ocupações rurais e urbanas (ÂNGULO; DOMÍNGUEZ apud BERNARDELLI, 2010).

O modo de vida, segundo Ângulo e Domínguez (apud BERNARDELLI, 2010), é outro elemento que, relacionado à divisão do trabalho e à heterogeneidade social, pode ser considerado na classificação rural-urbano, bem como as inter-relações urbanas e a geração de inovações.

Se são muitas as formas utilizadas para delimitar e classificar o território em urbano e rural, há também críticas à delimitação espacial do urbano e do rural. Pahl (1966, p. 322, tradução nossa), por exemplo, afirma que “qualquer tentativa de ligar padrões particulares de relações sociais a um meio geográfico específico é um exercício particularmente infrutífero”. Os critérios, como visto, também recebem críticas por não atenderem a uma dimensão mais completa ou mais próxima da realidade, capturando apenas frações da realidade.

Ainda assim, o esforço das diversas unidades políticas e as diversas iniciativas para a delimitação do rural e do urbano mostram que essa informação é relevante para o planejamento e gestão dos territórios. As dificuldades para a classificação extrapolam o caráter parcial dos métodos utilizados e se articulam também com as rápidas transformações sociais sucedidas nas últimas décadas.

Diversos autores vêm apontando os desafios na delimitação do rural e do urbano na contemporaneidade. Sposito (2010) destaca as descontinuidades territoriais e aponta que no último século a expansão territorial do processo de urbanização foi muito mais intensa do que nos séculos anteriores. As morfologias espaciais foram alteradas e as áreas de transição ampliadas o que, segundo a autora, acarreta uma maior dificuldade em distinguir os espaços urbanos e os espaços rurais. Outro aspecto de descontinuidade territorial, ainda segundo Sposito (2010), consiste no papel das novas tecnologias de comunicação e do transporte automotivo. Para a autora, a partir do Século XX, esses elementos têm contribuído na redefinição das morfologias espaciais e na dificuldade de limitação entre o rural e o urbano, seja pela extensão dos tecidos urbanos por meio de loteamentos seja pelas Tecnologias de Informação e Comunicação -TIC, pois permitem manter a integração espacial sem necessariamente manter uma proximidade e contiguidade com a mancha urbana central.

A diversificação das atividades do campo é outro elemento que tem sido levantado com mais firmeza na bibliografia mais recente sobre o tema. Segundo os autores (ABRAMOVAY, 2003; VEIGA, 2003; ENDLICH, 2010; ROSA; FERREIRA, 2010) pode-se observar uma diversificação das atividades alterando a perspectiva clássica do rural associado à ocupações consideradas tradicionais como a agricultura.

Para elaboração de políticas públicas e gestão territorial as categorias rural e urbano ainda tem grande importância e a demanda por informações tem se pautado

nas particularidades desses espaços. Queiroz (1978, p. 309) ressalta que “quer nos períodos mais antigos, quer nos períodos contemporâneos, o rural e o urbano mantiveram qualidades que lhe são próprias”. Para o meio rural, por exemplo, Abramovay (2003, p. 13) destaca os “atributos territoriais que definem, conceitualmente, a ruralidade”³.

Bernardelli (2010) destaca, no entanto, que privilegiar as diferenças e desconsiderar as relações existentes entre os espaços dificulta o estabelecimento de proposições e de políticas adequadas para os espaços urbanos e para os espaços rurais. A autora sugere que esses espaços sejam analisados apreciados por meio de particularidades e de suas dinâmicas, pelos papéis que desempenham, bem como por suas complementaridades.

A ideia de um *continuum* rural-urbano parece promissora tendo em vista a dificuldade de distinção entre as morfologias rural e urbana. Contudo, como aponta Sposito (2010, p. 121), admitir esse *continuum* não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo enquanto “unidades espaciais distintas”, mas o reconhecimento de zonas de transição entre esses espaços “pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos do solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano”.

Os fluxos de bens, pessoas, dinheiro, informações etc. entre os espaços rurais e os espaços urbanos é outra dimensão promissora e em voga. As relações urbano-rurais, segundo Rosa e Ferreira (2010), permitem observar as continuidades e as descontinuidades entre o rural e o urbano e repensar o conceito do *continuum*, buscando compreender o rural e o urbano como partes de uma mesma estrutura. São capazes também de ressaltar vantagens comparativas e diferenças desses espaços, mas que só podem ser avaliadas quando consideradas a articulação e a contiguidade dessas duas categorias em permanente transformação.

À luz dos fatos apresentados, o rural e o urbano precisam ser compreendidos em sua diversidade, que podem ser avaliadas de forma plural em abordagens como a legal, a morfológica, a demográfica, a cultural, a econômica, entre tantas outras. A utilização de qualquer uma delas, de forma isolada ou combinada, deve ser vista como uma aproximação parcial da realidade.

O foco numa visão territorial e em diversas escalas espaciais apresenta perspectivas promissoras tanto pelo surgimento de novas tecnologias e ferramentas capazes de analisar paisagens complexas, quanto por elementos das dimensões urbana e rural que ainda não foram investigados.

³ Segundo Abramovay (2003, p. 13) esses atributos são “uma certa relação com a natureza (em que a biodiversidade e a paisagem natural aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento) uma certa relação entre as cidades (de onde vem parte crescente das rendas das populações rurais) e uma certa relação dos habitantes entre si (que poderia ser definida pela economia da proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam relações diretas de interconhecimento)”.

Resgate histórico de uma abordagem geográfica

O debate sobre o rural e o urbano admite muitas interpretações e é composto de muitos elementos analíticos que compõe um mosaico vasto e diverso de interpretações. Contudo, é reconhecida a necessidade de parâmetros que diferenciem os espaços e os avaliem em termos estatísticos e geográficos para a produção de políticas públicas e estudos mais aprofundados. Historicamente, a geografia e, em especial aquela produzida no IBGE, produziu conceitos, métodos e critérios no tratamento e caracterização do rural e do urbano que serão aqui revistos.

Analisar a contribuição da geografia sobre o tema rural-urbano não é tarefa fácil uma vez este último gravitou, em grande parte, entre dois grupos de especialistas e pesquisas – o da geografia agrária e o da geografia urbana – que traçaram por vezes suas trajetórias em campos estanques em termos conceituais e metodológicos.

Quando se retoma, contudo, à “velha tradição” dos estudos de *habitat* rural desenvolvido sobre o paradigma da geografia da paisagem, pode-se encontrar aí um ponto de partida não só para se resgatar a história do pensamento geográfico, como, principalmente, para retomar algumas pistas conceituais e metodológicas potencialmente válidas para analisar o mundo contemporâneo.

Com efeito, para trabalhar o conceito de *habitat* é necessário reportar à contribuição de Vidal de la Blache (1845-1918), cuja principal ligação feita entre a natureza e a sociedade no espaço passava pelo desenvolvimento do conceito de *Genre de Vie*, enquanto instrumento analítico que reconhece o mecanismo de integração entre o meio e a organização social de um grupo, com vistas ao seu sustento cotidiano (ALMEIDA, 1995).

Para Derruau (1970), o gênero de vida pode ser definido, sempre de modo coletivo, como o conjunto de atividades mediante as quais o grupo que as pratica assegura sua existência: a pesca, a caça, a coleta, a agricultura sedentária e a vida pastoril sendo considerados diferentes gêneros de vida ou se integram em outros mais complexos envolvendo mais de uma atividade.

A transposição do conceito de gênero de vida para o de *habitat* rural ocorre no esforço feito por la Blache (DERRUAU, 1970) no sentido de sistematizar e classificar os fenômenos que regem as atividades humanas e que passavam pela distinção entre aqueles ligados à ocupação improdutiva do solo, como é o caso das casas e caminhos; os associados aos fenômenos de domínio sobre plantas e animais, como os campos de cultivo e áreas de criação e, finalmente, os associados à “economia destrutiva” das atividades associadas à exploração mineral e às que devastavam a vida animal e vegetal.

Nesse contexto, a noção e, principalmente, a sistematização dos gêneros de vida e suas investigações sobre temas como o de ritmo de trabalho, tipo de habitação e de cidades, realizadas por inúmeros geógrafos franceses no pós-guerra, desaguaram nos estudos e classificações formuladas a partir da noção de *habitat* rural largamente utilizada na França e no Brasil e que terão uma influência direta nas classificações feitas até hoje entre o espaço rural e urbano no País.

De acordo com Derruau (1970), para o geógrafo, o termo *habitat* rural não é sinônimo de habitação. Para esse autor, tampouco é dado a ele o sentido de área ou

ecúmeno. Tal termo, prossegue esse autor, significa porção do espaço habitado que é ocupado por casas e suas dependências. Assim, o estudo do *habitat* rural constitui o da disposição dos espaços habitados e seus problemas são decorrentes do grau de concentração e dispersão das habitações rurais simultaneamente à forma das aglomerações rurais, além daqueles relacionados à própria estrutura das casas rurais.

Pierre George (apud ALMEIDA, 1995), amplia posteriormente o significado de *habitat* associando-o ao modo de distribuição dos lugares habitados no interior de uma determinada região, sendo a noção de lugar, para esse autor, inseparável de seu conteúdo humano, fazendo com que o *habitat* possa ser interpretado como o modo de distribuição da população no interior de um espaço considerado.

Nesse sentido, partindo de um entendimento fortemente vinculado ao mundo rural, conforme as formulações iniciais desse conceito, não somente a definição de gênero de vida, como a de *habitat* vai tomando um sentido mais amplo ao longo do tempo, fazendo com que Max Sorre (1952 apud ALMEIDA, 1995), ainda no contexto da França do pós-guerra, encaminhasse para um entendimento que ia além do mundo rural em direção ao urbano.

Ele rompia, assim, com as classificações estritamente voltadas às situações características do espaço rural em direção às “formas mais evoluídas do *habitat* urbano”, isto é, às grandes cidades.

Com efeito, esse autor preocupava-se naquela ocasião com a necessidade de se criar uma nova tipologia de gênero de vida, baseada nas novas realidades da vida urbano-industrial. Para Almeida (1995), Max Sorre preocupava-se, em especial, com as questões ligadas à transição rural-urbana que ampliava sua escala e tomava velocidade no pós-guerra, deixando antever o que deveria ser o novo espaço de entendimento do gênero de vida agora comprometido com as novas formas de *habitat* que surgiam na área periférica das metrópoles.

No Brasil e no IBGE, duas vertentes de pesquisa, rural e urbana, se desenvolveram em torno das noções de *habitat* e de gênero de vida, adaptando-os e ampliando-os para poderem interpretar a complexa realidade territorial de um país de dimensões continentais e enorme diversidade ambiental/cultural.

No que diz respeito à vertente da geografia agrária, alguns estudos clássicos sobre o *habitat* rural foram realizados, entre outros, por Nilo Bernardes e Elza Keller que estabeleceram parâmetros fundamentais para pesquisas posteriores sobre as principais formas espaciais de *habitat* rural no contexto nacional.

Inicialmente, Bernardes (1963) chama atenção para o fato de que enquanto os geógrafos de língua francesa consagraram a expressão *habitat*, em outras línguas ela é o correspondente em português, ao termo “povoamento” ou mais propriamente “forma de povoamento”.

No início da década de 1960 esse autor voltava-se para a necessidade de se estabelecer uma sistematização dos estudos sobre *habitat* rural no Brasil, visando à adaptação de classificações vindas do exterior, uma vez que as grandes contribuições feitas até aquele momento para a sistematização dos estudos do *habitat* se referiam, sobretudo, às regiões extratropicais.

Em relação às dificuldades encontradas para efetuar a sistematização dos estudos de *habitat* rural no País, Bernardes (1963, p. 530) elencava, entre outras, além da “falta de literatura especializada” e da precária documentação cartográfica como fonte auxiliar de informação, as “proverbiais dificuldades decorrentes da extensão de nosso território” que “não permitem estudos aprofundados senão por áreas relativamente pequenas, carecendo de criterioso confronto posterior”.

A contribuição desse autor consistiu em adaptar o sistema de classificação para o contexto nacional, identificando, no interior da forma dispersa de povoamento dominante no espaço rural brasileiro, aquelas zonas em que a ocupação se processou de modo mais lento e, sobretudo, espontâneo, daquelas outras que, “pela interferência da colonização induzida, processou-se um povoamento dinamicamente intenso e ordenado, fruto de um planejamento em seus traços mais gerais” (BERNARDES, 1963, p. 530).

Dentro desse quadro mais amplo de classificação dos tipos de *habitat* rural que comportam a especificidade do contexto nacional, foi feita a análise, entre outras, das zonas de floresta densa na Amazônia, nas quais o povoamento, apesar de espontâneo, possui uma “dispersão francamente linear” obediente à dependência dos cursos d’água enquanto única via de circulação regional.

Nesse caso, rompia-se com interpretações clássicas que associavam o povoamento espontâneo, muitas vezes, a uma disposição anárquica, conforme terminologia usada, entre outros, por Jean Tricart, uma vez que a influência de certos fatores físicos e culturais, segundo Bernardes (1963), impunha determinadas tendências à fisionomia do *habitat*, como no caso do ambiente florestal amazônico.

A associação entre as formas dispersas de povoamento, medidas pelo afastamento das habitações rurais e a estrutura fundiária, a proximidade de açudes, no sertão nordestino ou a compartimentação do relevo, entre outras, são algumas das variedades de dispersão apontadas por Bernardes em várias regiões do País, que ainda apresenta sua validade até os dias atuais.

Enfim, uma das grandes contribuições de Nilo Bernardes foi a de correlacionar a grande variedade fisionômica do *habitat* no Brasil à estrutura agrária e para tal esse autor propõe, de um lado, a adoção de uma “noção mais larga de *habitat*, compreendendo não somente os fatos relativos à habitação em si como também todo o arranjo de estabelecimento rural” (BERNARDES, 1963, p. 543). Por outro lado, prossegue Bernardes (1963, p. 543), dada à abrangência da expressão e “certa confusão que paira a respeito”, a própria noção de estrutura agrária deveria se aproximar da de “organização agrária” que abarcaria “um complexo de instituições” tais como a estrutura fundiária, o regime de exploração da propriedade e o modo de utilização da terra.

Outra referência aos estudos de *habitat* rural no Brasil e, em especial, no Estado de São Paulo, foi a de Nice Lecoq Müller que, ao sintetizar observações feitas sobre os sitiantes paulistas no início da década de 1950, tanto nas áreas de povoamento antigo quanto nas de ocupação recente, fez sua análise obedecendo ao critério morfológico anteriormente descrito por Demangeon (apud BERNARDES, 1963, p. 533) e descrevendo as formas de dispersão entre dispersão absoluta; dispersão coagular e dispersão linear.

Ao buscar uma aproximação com a estrutura agrária essa autora aponta uma estreita vinculação da forma de povoamento disperso com o regime de exploração da terra. Nesse contexto, os sitianteiros proprietários paulistas apresentavam forte tendência para a forma linear ou coagular originando muitas vezes os chamados “bairros rurais”, enquanto os sitianteiros arrendatários e parceiros tinham tendência a desenvolver formas de dispersão absoluta.

Esses autores ampliaram, enfim, o campo conceitual de discussão do *habitat* rural, abrindo também uma visão mais complexa e abrangente da estrutura agrária do País.

Outra grande contribuição aos estudos do *habitat* rural no Brasil é que está na origem das análises iniciais utilizando sistemas classificatórios posteriormente utilizados para delimitar para fins estatísticos os espaços rural e urbano no País, constitui a pesquisa sobre os tipos de povoamento rural empreendida por Elza Keller (1970), conforme apontado anteriormente.

Essa autora destaca a importância que assumem as atividades agrícolas na vida econômica do País, alertando para a necessidade de adaptações que devem ser feitas nos sistemas classificatórios desenvolvidos a partir da realidade do campo europeu.

Para Keller (1970, p. 291) a pesquisa sobre as causas que levaram a determinado modo de ocupação do solo para a “exploração” agrícola constitui um dos capítulos mais interessantes e mais complexos da geografia humana pelas interrelações estabelecidas entre as influências das condições naturais “mesclando-se nas mais diferentes formas com as tradições étnicas, as condições históricas, os gêneros de vida, os sistemas agrícolas, as estruturas agrárias e as formas de organização econômica”.

Nesse contexto, ao assumir que as pesquisas sobre os tipos de povoamento rural não devem ter como objetivo único o modo pelos quais se distribuem as casas rurais, essa autora amplia o leque de dimensões que devem ser analisadas para se promover a análise das diferenciações regionais nas formas de povoamento.

Para Keller (1970, p. 291), é o conjunto de relações estabelecidas no campo entre “os grupos de casas e os seus habitantes”, reveladores de um valor demográfico e o “território explorado”, que exprime um valor econômico e social no sentido da produção que, em seu conjunto, constitui o objeto geográfico dos estudos de *habitat*.

Nesse contexto, a noção do *habitat* e do povoamento rural se amplia do ponto de vista geográfico, para sua concretização através da forma – dispersa ou aglomerada – que constitui elemento essencial da paisagem rural exprimindo, muitas vezes, tanto fenômenos ligados à “evolução social” e demográfica, que “agrupa e fixa ao solo certo número de indivíduos”, como aqueles ligados ao “valor econômico e social”, enquanto sede de um estabelecimento rural (KELLER, 1970, p. 291).

Desse modo, as pesquisas sobre o povoamento rural devem reunir, portanto, segundo Keller (1970, p. 292), a casa, enquanto elemento central do *habitat* rural e testemunha concreta da ocupação permanente da terra pelo homem e, simultaneamente, núcleo do conjunto formado pela exploração rural, na qual outros elementos constituem também objetos de interesse, tais como os campos de cultura, as pastagens, os pomares, os jardins e as hortas e, finalmente, as estradas e os caminhos vicinais.

No que se refere mais de perto aos problemas ligados à sistematização do *habitat* rural no Brasil essa autora chama atenção também da extrema escassez do material estatístico e cartográfico existente na ocasião e utilizável como fontes de consulta para a caracterização dos tipos de povoamento rural. Nesse sentido, o emprego das fórmulas matemáticas na determinação dos índices de dispersão ou de concentração, conforme realizado nos países europeus, afigurava-se difícil para aquela autora devido à forma com que eram apresentados então os censos demográficos e agrícolas.

Assim, no final da década de 1960 faltava aos dados estatísticos um detalhamento em termos de habitantes das casas rurais por lugar habitado, incluindo cada fazenda e sítio isolado, além dos povoados e lugarejos, além de “plantas cadastrais, de mapas topográficos de grande escala e de fotografias aéreas que possibilitem a observação do conjunto dos estabelecimentos rurais” (KELLER, 1970, p. 294). Esse instrumental analítico, contudo, existia naquela ocasião apenas para áreas muito restritas, além de não estar ainda suficientemente acessível para um uso mais amplo.

Para Demangeon (apud KELLER, 1970), embora o emprego das fórmulas estatísticas tenha um valor relativo, assim como a definição do *habitat* rural exclusivamente por seu aspecto cartográfico seja insuficiente, constituem, no entanto, a primeira etapa indispensável aos estudos de povoamento rural.

Nesse contexto, a análise sistemática sobre os tipos de povoamento rural no Brasil passou de uma fase em que se destacavam alguns aspectos do *habitat*, em áreas limitadas do País, conhecidos, sobretudo, através de observações realizadas em trabalhos de campo pela geografia regional e nos quais o *habitat* era tratado como um dos aspectos da geografia da paisagem rural, para um momento subsequente no qual começam a ser feitos estudos sistematizados cobrindo todo o Território Nacional, isto é, envolvendo não somente o *habitat* rural, como àqueles referenciados ao espaço urbano e/ou à periferia das grandes cidades.

No que se refere aos estudos relativos às formas de *habitat* dominantes nas periferias urbanas brasileiras, os trabalhos de Pedro Pinchas Geiger (1952), Lysia Cavalcanti Bernardes (1956) e Edmon Nimer (1967) são referências, dentre outros, de geógrafos que no IBGE avançaram em questões relativas à mudança nas formas de apropriação e uso da terra, à expansão de loteamentos que transformavam áreas rurais em áreas urbanas, além daqueles estudos focados na resistência a mudanças culturais que contribuíram para ampliar as dimensões contempladas até então na descrição e tipificação do *habitat* rural.

Cabe observar que embora as referências conceituais, no caso dos estudos focados no contexto urbano e em sua periferia, tenham um comprometimento mais indireto quando comparado aos estudos focados nas mudanças operadas no *habitat* rural, não se pode deixar de mencionar, contudo, a recorrência, nesses trabalhos, ao processo histórico de povoamento e às formas geográficas de formação de aglomerações, densidades e relações estabelecidas entre o campo e a cidade.

Retratando as transformações espaciais decorrentes da expansão no Século XX da Cidade do Rio de Janeiro, Geiger (1952, p. 576) afirma que se assistiu, naquela ocasião, “tanto o crescimento da influência dos capitais, como o dos comerciantes da capital na baixada da Guanabara” que se impuseram “aos já despojados de sua antiga posição”.

Geiger (1952, p. 576) prossegue descrevendo a sequência das mudanças operadas nos atores, interesses e atividades nas áreas diretamente afetadas pela expansão da cidade: “foram aparecendo novos proprietários de terras, gente da cidade, substituindo, na posse, aqueles que as abandonavam voluntariamente ou forçados”

Nesse contexto,

os loteamentos transformaram áreas rurais em áreas urbanas principalmente, para o norte e noroeste do Rio de Janeiro e aumentaram o número de sítios pertencentes a elementos da classe média da cidade. Muitas terras, em ambas as margens da Guanabara e até no Município de Itaboraí, estão esperando a valorização para também serem loteadas. (GEIGER, 1952, p. 576).

Analisando as mudanças ocorridas na utilização da terra devido à expansão urbana de Curitiba em meados da década de 1950, Bernardes (1956, p. 271) assinalava não só a especificidade das inúmeras colônias de migrantes ali existente como destaca também o número dos núcleos povoados, “via de regra dominados por imponentes igrejas”

Nesse sentido, as mudanças ocorridas naquela área próxima à capital paranaense já alteravam de forma radical as colônias pioneiras ali instaladas anteriormente:

algumas das primeiras colônias, aliás, não serão mais identificadas pelo forasteiro, submergidas que foram pela propagação contínua da área urbana de Curitiba que vem absorvendo o excedente daquela população de origem étnica diversa, que se vê transitando pelas estradas, pelas ruas dos arrabaldes, ou laborando em volta das casas ou nos pequenos lotes: ítalos, teutos, eslavos, etc (BERNARDES, 1956, p. 271).

Uma linha de pesquisa que privilegiava as interações existentes entre a identidade cultural com as colônias e aglomerações rurais existentes em torno dos núcleos urbanos é encontrada, entre outros, no trabalho de Nimer e Binsztok (1967) acerca da distribuição da população em áreas próximas à cidade de Castelo no Espírito Santo.

Chamando atenção para o predomínio do *habitat* disperso, os autores revelavam, que apesar de as habitações se apresentam regularmente dispersas na zona rural de Castelo, sempre ao longo dos vales, em virtude da extrema divisão das propriedades e do grande número de meeiros e outros tipos de trabalhadores, a distância que separa uma habitação da outra é relativamente pequena.

Em alguns vales, segundo Nimer e Binsztok (1967, p. 63),

a densidade de habitações é tão elevada que se pode perceber uma tendência para o agrupamento. Entretanto o *habitat* é sempre disperso. O único aglomerado rural existente é a vila de Aracuí, porém a maioria de seus habitantes não são descendentes de italianos e alguns deles não exercem atividade rural. Entretanto, no Município de Conceição do Castelo existem os povoados de Estrela do Norte, Venda Nova e a própria sede do município, onde predominam os ítalo-brasileiros.

Os estudos voltados à caracterização dos *habitat* rurais e urbanos serviram de base, enfim, para desenvolver uma terceira vertente de estudos baseados na conceitualização de *habitat* focados, agora, na identificação, delimitação e classificação dos espaços rurais e urbanos enquanto “principal tarefa geográfica” para a realização das operações censitárias do IBGE (ALMEIDA, 1995, p. 12).

Esses estudos pressupunham, além do conhecimento empírico do campo, a definição de um sistema classificatório de aglomerados humanos baseado em um tratamento estatístico e cartográfico que apoia o planejamento das operações censitárias e, conseqüentemente, a delimitação física dos espaços rurais e urbanos no Brasil.

Se para fins de divulgação das pesquisas censitárias, os espaços rurais e urbanos do País devem necessariamente obedecer às determinações legais definidas, ainda na década de 1930, para elaborar a divisão territorial do Brasil, o que se propõe, na atualidade, é a delimitação de recortes geográficos obedientes a critérios definidos a partir de uma conceituação, metodologia e procedimentos operacionais comprometidos diretamente com as formas históricas de povoamento do Território Nacional, aí, portanto, incluídas as diferentes “densidades humanas e econômicas” mediadas pelas técnicas e formas de produção que caracterizam o espaço contíguo.

Com efeito, a morfologia produzida pela dinâmica do povoamento vai colocando, ao longo do tempo, o desafio de alterar as definições e os critérios de classificação da tipologia rural-urbana notadamente no que se refere àqueles espaços que hoje em dia tiveram sua leitura e sua realidade geográfica alterada.

Situam-se, nesse caso, aqueles adensamentos ou aglomerados que no passado foram tipificados como rurais e, na atualidade, constituem um segmento avançado da expansão urbana e cuja delimitação legal, devido a sua rigidez temporal, não consegue acompanhar as alterações de maneira adequada e/ou não reflete necessariamente interesses comprometidos com uma leitura estritamente técnico-científica do território.

Cabe registrar que “as novas formas de *habitat* estão a nossa volta”, conforme observado por Almeida (1995, p. 113), e estão, também, a desafiar a releitura do Brasil contemporâneo. Nesse sentido, o conceito de *habitat* herdado dos mestres europeus ainda se apresenta como um dos caminhos que pode ser trilhado, em sua perspectiva multidimensional e multiescalar, para se pensar as complexas formas de povoamento presentes no País e, enfrentar a sempre renovada tensão entre a delimitação do rural e do urbano na atualidade.

A classificação das novas e sempre dinâmicas formas de povoamento no Brasil, sejam elas decorrentes de processos históricos de longo ciclo, sejam elas derivadas de alterações naturais e humanas de ciclo mais curto ou mesmo imediato, constitui um desafio a ser enfrentado em um momento em que as técnicas de captação de informações estatísticas e de imagem orbital aprimoraram em muito a capacidade de se fazer uma leitura detalhada da malha territorial, superando os recorrentes problemas enfrentados pelos geógrafos do IBGE no passado na tarefa de delimitar o *habitat* rural e urbano no Brasil.

A utilização desse poderoso instrumental analítico coloca assim uma grande oportunidade para as escolhas conceituais a serem feitas e nas quais o conceito de *habitat*, assim como os de ruralidade e territorialidade, comprometidos tanto com diferenciações no processo de povoamento do território, quanto na própria identidade cultural/ambiental construída ao longo desse processo, parecem indicar um rico campo de discussão não só na geografia, como na antropologia e na sociologia, além daquelas disciplinas que gravitam em torno da questão ambiental e, em especial ao estudo da paisagem, como é o caso da geomorfologia.

Finalmente não se pode deixar de mencionar que esse conhecimento é especialmente relevante nos dias atuais, dada a enorme diversidade de fontes, órgãos e entes legitimados a emitir normas jurídicas que coexistem no País nesse início do Século XXI (FIGUEIREDO, 2006, p. 2). Com efeito, existe, no Estado brasileiro atual, grande pluralidade de fontes normativas, seja por razões territoriais, como no caso de federações tripartites e suas diversas competências legislativas, como o Brasil,

seja pela divisão das funções estatais feita pela Constituição ou pela especialização técnica para regular determinada matéria.

No caso específico da legislação territorial/ambiental ou, mais amplamente, naquela afeta à atuação direta do Estado sobre o território, pode-se dizer que existe, também, na atualidade, uma necessidade crescente de se compatibilizar a legislação existente com as diversas escalas e competências, legislativas e materiais, sobre as quais se pretende atuar.

De acordo com Aragão (2003), novas formas de exercício do poder (e de controle) sobre as atividades dos diferentes segmentos sociais são projetadas, visando atender às injunções e complexidades da dinâmica territorial contemporânea, com implicações diretas nas formas de organizar a administração e a regulação do espaço político nacional, em todas as suas esferas de atuação, municipal, estadual e federal.

Nesse sentido, se existe um domínio em que as regras do direito não podem aspirar à perenidade e nem a uma escala única de intervenção, esse é o domínio territorial, no qual as transformações (principalmente tecnológicas) são hoje tão rápidas que obrigam a frequentes revisões não só dos sistemas classificatórios do território como, de modo geral, das próprias regras administrativas, exigindo adaptações, num movimento contínuo de intercomunicação do sistema jurídico com a dinâmica territorial em constante transformação.

Desse modo, é sempre enriquecedor fazer um esforço duplo e simultâneo no sentido de retornar e avançar no fabuloso legado dos geógrafos europeus e brasileiros que se debruçaram sobre a Geografia no Brasil e, em especial, sobre os estudos de *habitat*, no IBGE desde as primeiras décadas do Século XX, na tentativa de aprofundar o conhecimento das diversas feições, densidades, aglomerados e “vazios relativos” que revelam a dinâmica do povoamento de um imenso, desigual e diverso território como o brasileiro.

Esse território na contemporaneidade apresenta enorme complexidade legislativa e os estudos de *habitat* podem auxiliar na diminuição da tensão derivada dos conflitos de interesse e de competências entre os órgãos envolvidos com a ação pública no campo e nas cidades. Esses conflitos estão, enfim, a desafiar a ação pública sobre a sociedade e o território brasileiro na contemporaneidade.

Abordagens institucionais

As mudanças ocorridas nas interpretações quanto a natureza da ruralidade e urbanidade na segunda metade do Século XX não suprimiram a importância desses temas para a compreensão do mundo contemporâneo. Em âmbito institucional, a elaboração de classificações dos territórios em áreas rurais e urbanas configura-se como importante meio para descrever a geografia dos países, subsidiar políticas públicas e referenciar ações específicas da sociedade. Por esse motivo, há uma enorme variedade de experiências de delimitação de áreas rurais e urbanas, tanto por iniciativa de instituições públicas nacionais quanto em organismos multilaterais e internacionais. Entretanto, as tipologias criadas são muito discrepantes entre si, seja em relação à ênfase e grau de detalhamento das classificações, seja em relação aos critérios utilizados para as delimitações.

Este capítulo pretende descrever brevemente algumas experiências institucionais – em âmbito nacional e internacional – de classificações do território em áreas rurais e urbanas, de modo a situar a proposta de metodologia apresentada no quarto capítulo em relação às tipologias rurais-urbanas vigentes. Na seção **Experiências internacionais** serão apresentadas e discutidas metodologias internacionais de classificação, com ênfase para tipologias adotadas oficialmente nos órgãos estatísticos dos países e organizações internacionais que foram além do estabelecimento de patamares demográficos. A seção **Experiência nacional** descreverá as tipologias e arranjos institucionais de divisões rurais-urbanas vigentes no Brasil.

Experiências internacionais

Houve nas últimas décadas um grande esforço das agências multilaterais e internacionais para estabelecer procedimentos de mensuração das áreas e populações rurais e urbanas em escala global e de blocos regionais, devido ao aumento da influência desses órgãos na realização de diagnósticos socioeconômicos e na criação e implementação de políticas públicas. Apesar disso, essas instituições ainda dependem muito de informações e bases territoriais produzidas por órgãos estatísticos nacionais, de modo que, frequentemente, as informações não estão disponíveis de forma homogênea para todos os países ou em bases territoriais comparáveis.

A Divisão Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistics Division - UNSD) atesta que as diferenças existentes nas definições de rural e urbano entre as nações ainda não permite uma abordagem aplicável a todos os países⁴ e, por esse motivo, essa instituição não recomenda nenhuma tipologia específica. Nem mesmo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (Food and Agriculture Organization - FAO) possui uma metodologia adotada institucionalmente para definição de áreas urbanas e rurais, apesar de ter fomentado estudos para a criação de indicadores de desenvolvimento rural e propostas de mapeamento das populações urbanas e rurais (CONCEPÇÕES..., 2013). Outros organismos internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, o Banco Mundial e o Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural - RIMISP possuem estudos específicos e propostas metodológicas de classificações de áreas urbanas e rurais (CONCEPÇÕES..., 2013), mas, a exemplo das Nações Unidas e da FAO, as propostas não são adotadas institucionalmente.

Grande parte dos órgãos estatísticos nacionais costumam adotar basicamente dois critérios como base para as classificações de áreas urbanas e rurais. Um deles é o da divisão baseada em critérios legais ou político-administrativos, como o caso brasileiro, no qual os perímetros urbanos (e os rurais, por exclusão) são delimitados por decisão legislativa dos municípios⁵.

O segundo critério amplamente utilizado é o estabelecimento de um patamar demográfico de uma localidade. Na Argentina, por exemplo, adota-se o patamar de 2 000 habitantes: as áreas com população igual ou superior a essa quantidade são consideradas urbanas, as demais são rurais (CENSO..., 2010).

Esses dois critérios predominantes dificultam a comparabilidade de situações entre os países, na medida em que a distribuição populacional e o ordenamento territorial são muito diversos. O Quadro 1 elenca os critérios de classificação utilizados por uma série de países e alguns órgãos internacionais e permite verificar a concentração dos critérios “tamanho da população” e “divisão administrativa”:

⁴ Para informações mais detalhadas, consultar: POPULATION density and urbanization. New York: United Nations Statistics Division - UNSD, [2017?]. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/densurb/densurbmethods.htm>>. Acesso em: jun. 2017.

⁵ Para mais informações, consultar a próxima seção deste capítulo, que aborda especificamente o histórico do Brasil nas divisões institucionais de áreas urbanas e rurais.

Quadro 1 - Critérios predominantes utilizados na definição de áreas rurais e urbanas em países e organizações selecionadas

País/Organização	Critérios predominantes utilizados na definição de áreas rurais e urbanas					
	Tamanho da População	Densidade Demográfica	Oferta de Serviços	Participação da Agricultura	Divisão Administrativa	Aglomeração de Habitações
Argentina	x					
Austrália		x	x			x
Bolívia	x					
Brasil					x	
Chile	x			x		
Colômbia					x	
Costa Rica					x	
Cuba	x		x			
República Dominicana					x	
Equador					x	
El Salvador					x	
Estados Unidos	x					
França	x					
Guatemala					x	
Haiti					x	
Honduras	x		x			
Inglaterra						x
México	x					
Nicarágua	x		x			
País de Gales						x
Panamá	x		x			
Paraguai					x	
Peru						x
Uruguai			x		x	
Venezuela	x					
OCDE		x				
União Europeia		x				

Fontes: 1. Bibby e Brindley (2013). 2. Brezziet, Dijkstra e Ruiz (2011). 3. Eurostat (2015). 4. Ferranti e outros (2005). 5. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras (2013). Ver Referências.

Diante dessa relativa concentração de critérios, mostra-se importante aprofundar o olhar sobre algumas das metodologias que fogem um pouco ao padrão dos critérios populacional e administrativo, para que se amplie o entendimento do desafio de estabelecer classificações com maior nível de complexidade. Nesse sentido serão apresentadas a seguir metodologias de dois organismos internacionais – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD) e União Europeia – devido à grande influência que tiveram nas últimas décadas⁶ e por serem adotadas como classificação oficial das estatísticas produzidas nessas instituições.

Em seguida detalham-se, a título de exemplo e comparação, três critérios de classificação territorial nacionais: as metodologias da Inglaterra e País de Gales, Austrália e Estados Unidos, os quais representam parte da pluralidade de critérios adotados em diversos países e representados no Quadro 1. Embora seja uma amostra pequena de experiências, é possível vislumbrar por meio desses exemplos as potencialidades e limites de metodologias mais elaboradas de tipologias rurais-urbanas⁷.

Tipologia Regional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

A OCDE elabora e avalia políticas para desenvolvimento econômico, social e político dos países-membros. A necessidade de dados e diagnósticos mais precisos sobre as potencialidades e necessidades de investimentos nas áreas rurais motivou a criação de uma classificação rural-urbana dos territórios desses países. A partir dessa classificação, torna-se possível avaliar as condições socioeconômicas de regiões geograficamente passíveis de comparação, neste caso, áreas rurais, intermediárias ou urbanas (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2011).

A OCDE elegeu a densidade demográfica como critério principal numa classificação de larga escala, que engloba diversos países em diferentes continentes⁸. Até hoje essa classificação serve de referência principal a várias outras elaboradas por organismos internacionais, como as da União Europeia (CONCEPÇÕES..., 2013). Outra característica importante dessa tipologia foi a complementação ao longo do tempo, pois foram adicionados dois outros critérios em atualizações posteriores: a quantidade e proporção de população que vive em grandes centros urbanos, em 2005; e a acessibilidade, definida pelo tempo de deslocamento entre os centros urbanos e as áreas não urbanas, em 2009, demarcando áreas rurais remotas ou próximas a cidades (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2011).

⁶ A tipologia da OCDE em especial “permanece até os dias atuais como a organização de maior influência sobre outros organismos internacionais e sobre países nesta matéria” (CONCEPÇÕES..., 2013, p. 86).

⁷ Para mais informações sobre estas e outras metodologias de classificação territorial, recomenda-se a consulta ao trabalho *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*, elaborado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA em 2013, no qual há descrições e análises sobre diversas tipologias rurais-urbanas que não são abordadas em detalhes neste capítulo, tais como as tipologias de pesquisadores da CEPAL, Banco Mundial, RIMISP, além de países como França, México, Chile etc. Nesse estudo constam tanto classificações adotadas institucionalmente pelos países e organizações, quanto metodologias de ordem mais experimental e acadêmica.

⁸ Os países membros são os seguintes: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia - na Europa; e Canadá, Estados Unidos, México e Chile - na América; Coreia do Sul, Israel e Japão - na Ásia; Austrália e Nova Zelândia - na Oceania.

A classificação do território em áreas urbanas e rurais elaborada pela OCDE é denominada Tipologia Regional e determina classes para os recortes territoriais chamados de “Nível Territorial 3” (Territorial Level 3 - TL3). Os níveis territoriais são recortes elaborados para uniformizar as diferenças entre divisões político-administrativas dos países-membros. Desse modo, a base territorial estatística da OCDE comporta o Nível Territorial 1, 2 e 3 e recortes menores, as Unidades Administrativas Locais (LAU) de níveis 1 e 2 – o último deles utilizado em etapas preliminares da classificação. Esses níveis territoriais e as etapas em que são utilizados na classificação rural-urbana da OCDE estão ordenados conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Base territorial para estatísticas da OCDE

Hierarquia	Territórios	Equivalência Aproximada	Utilização do recorte na classificação rural/urbana da OCDE
1ª	Nível Territorial 1 (TL1)	País	-
2ª	Nível Territorial 2 (TL2)	Macrorregiões	-
3ª	Nível Territorial 3 (TL3)	Microrregiões	Etapas 2, 3 e 4
4ª	Unidade Administrativa Local 1 (LAU1)	Cantões	-
5ª	Unidade Administrativa Local 2 (LAU2)	Municipalidades	Etapas 1

Fontes: 1. Organisation for Economic Co-Operation and Development. Territorial grids of OECD member countries. Disponível em: <<http://www.oecd.org/gov/regional-policy/43428422.pdf>>. Acesso em: jun. 2017. 2. Organisation for Economic Co-Operation and Development. OECD regional typology. Paris, 2011. Disponível em: <http://www.oecd.org/gov/regional-policy/OECD_regional_typology_Nov2012.pdf>. Acesso em: jun. 2017. 3. Statistical Office of the European Communities. Regions in the European Union: nomenclature of territorial units for statistics NUTS 2010/EU-27. Luxembourg: Eurostat, 2011. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/5916917/KS-RA-11-011-EN.PDF>>. Acesso em: jun. 2017.

Nota: Há alguns países para os quais a OCDE não adotou a LAU2. Entretanto, na maioria dos casos há equivalência aproximada com a noção de municipalidade - são, por exemplo, os casos da Dinamarca, México e Suíça.

A classificação final apresenta cinco classes:

- Predominantemente Rural Remota
- Predominantemente Rural Próxima a uma Cidade
- Intermediária Remota
- Intermediária Próxima a uma Cidade
- Predominantemente Urbana

Aplicando-se a classificação integralmente, os seguintes dados são obtidos, para o ano de 2011:

Tabela 1 - Percentual da população de acordo com a Tipologia Regional estendida, segundo os países da OCDE

Países da OCDE	Percentual da população (%)					Total
	Predominantemente urbana	Intermediária próxima a uma cidade	Intermediária remota	Predominantemente rural próxima a uma cidade	Predominantemente rural remota	
Áustria	23,0	31,0	0,0	35,0	11,0	100,0
Bélgica	83,0	14,0	0,0	2,0	0,0	100,0
Canadá	48,0	19,0	0,0	20,0	13,0	100,0
República Checa	11,0	84,0	0,0	5,0	0,0	100,0
Dinamarca	29,0	28,0	0,0	24,0	19,0	100,0
Finlândia	26,0	9,0	4,0	42,0	20,0	100,0
França	35,0	48,0	0,0	13,0	4,0	100,0
Alemanha	56,0	26,0	0,0	18,0	0,0	100,0
Grécia	36,0	24,0	0,0	5,0	35,0	100,0
Hungria	17,0	42,0	0,0	22,0	19,0	100,0
Islândia
Irlanda	28,0	0,0	0,0	45,0	27,0	100,0
Itália	52,0	36,0	3,0	6,0	3,0	100,0
México	47,0	17,0	0,0	26,0	9,0	100,0
Países Baixos	85,0	15,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Noruega	12,0	35,0	5,0	4,0	45,0	100,0
Polônia	23,0	29,0	2,0	45,0	1,0	100,0
Portugal	52,0	24,0	2,0	6,0	15,0	100,0
Eslováquia	11,0	63,0	0,0	25,0	0,0	100,0
Espanha	48,0	36,0	2,0	8,0	6,0	100,0
Suécia	21,0	30,0	0,0	29,0	20,0	100,0
Suíça	41,0	45,0	4,0	3,0	6,0	100,0
Turquia	47,0	25,0	0,0	22,0	5,0	100,0
Reino Unido	70,0	27,0	1,0	2,0	0,0	100,0
Estados Unidos	43,0	20,0	0,0	33,0	4,0	100,0

Fonte: Adaptado de Brezzi, M.; Dijkstra, L.; Ruiz, V. OECD Extended regional typology: the economic performance of remote rural regions. Paris: Organisation for Economic Co-Operation and Development - OECD, 2011. (OECD regional development working papers, 2011/6). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/5kg6z83tw7f4-en>>. Acesso em: jun. 2017.

A partir dessa classificação percebe-se que na maioria dos países-membros da OCDE a população concentra-se em áreas urbanas ou intermediárias. Observa-se ainda que a classe “intermediária remota” contou com pouquíssima participação percentual de população.

A classificação realizada pela OCDE tornou-se referência ao permitir classificar áreas em continentes muito distintos e ao conter em si um critério de qualificação das áreas não urbanas – no caso, a acessibilidade a núcleos urbanos –, conferindo um grau de refinamento importante para subsidiar políticas territoriais.

Tipologia da União Europeia

A União Europeia elaborou em 2010 uma classificação das áreas rurais e urbanas em seus países-membros e candidatos a membros, articulando ações da Diretoria-Geral para Agricultura e Desenvolvimento Rural, Diretoria-Geral para Política Regional, o Centro de Pesquisa Conjunto e a Oficina Estatística da Comunidade Europeia (Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT). O objetivo da proposta foi fornecer uma base comum de descrição dos territórios europeus nas comunicações, relatórios e publicações da Comissão Europeia (STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2011).

A classificação da União Europeia baseia-se na Tipologia Regional da OCDE, porém procura corrigir as distorções causadas pela grande variabilidade das áreas das Unidades Administrativas Locais (LAU2), utilizadas como base da pré-classificação na OCDE (STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2011). Essa distorção poderia fazer, por exemplo, que uma unidade local (LAU2) muito pequena fosse classificada como urbana, mesmo que a população absoluta seja muito baixa. Outra distorção que se buscou diminuir foi aquela causada por Unidades Administrativas Locais que eram correspondentes a cidades ou metrópoles e constituíam enclaves nas regiões que a envolviam. Para amenizar essas variações, a EUROSTAT adotou como critério de classificação da etapa preliminar uma grade estatística com quadriculas de 1 km², em substituição às Unidades Administrativas Locais. O critério principal da tipologia rural-urbana da União Europeia assim como da OCDE, é a densidade demográfica.

As unidades territoriais utilizadas como referência espacial para a classificação final dos países foi o recorte territorial chamado de Nomenclature of Territorial Units for Statistics - NUTS. Trata-se de uma regionalização adotada pela legislação do Parlamento Europeu desde 2003 e que tem como propósito amenizar o efeito das mudanças de estruturas territoriais e administrativas dos Estados-membros para fins de divulgação estatística (STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 2010). As NUTS se aplicam apenas no nível regional, criando uma hierarquia de três níveis considerando a organização interna dos países e patamares populacionais. Esses níveis territoriais, e as etapas em que são utilizadas na classificação rural-urbana da União Europeia estão ordenados conforme o Quadro 3:

Quadro 3 - Base territorial para estatísticas da União Europeia

Hierarquia	Territórios	Equivalência Aproximada	Utilização do recorte na classificação rural/urbana da UE
1ª	NUTS 1	Macrorregiões	-
2ª	NUTS 2	Mesorregiões	-
3ª	NUTS 3	Microrregiões	Etapas 2, 3 e 4
4ª	Unidade Administrativa Local 1 (LAU1)	Cantões	-
5ª	Unidade Administrativa Local 2 (LAU2)	Municipalidades	-
6ª	Grade Estatística de 1 km ²	-	Etapas 1

Fontes: 1. Statistical Office of the European Communities. A revised urban-rural typology. In: _____. Eurostat regional yearbook 2010. Luxembourg: Eurostat, 2010. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/5727301/KS-HA-10-001-EN.PDF/1ba3cf6a-5e25-44c1-99f9-fada17625212>>. Acesso em: jun. 2017. 2. Statistical Office of the European Communities. Regions in the European Union: nomenclature of territorial units for statistics NUTS 2010/EU-27. Luxembourg: Eurostat, 2011. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/5916917/KS-RA-11-011-EN.PDF>>. Acesso em: jun. 2017. 3. Statistical Office of the European Communities. Urban-rural typology. Luxembourg: Eurostat, 2015. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Urban-rural_typology>. Acesso em: jun. 2017.

A tipologia conta com três classes:

- Predominantemente Urbana
- Intermediário
- Predominantemente Rural

Aplicando-se a classificação integralmente, os seguintes dados são obtidos para 2015:

Tabela 2 - Percentual de população de acordo com a Tipologia Urbana-Rural, segundo os países da União Europeia

Países da União Europeia	Percentual da população (%)		
	Predominantemente urbana	Intermediário	Predominantemente rural
União Europeia	40,4	35,4	24,2
Bélgica	67,5	23,9	8,6
Bulgária	14,9	44,7	40,4
República Checa	22,4	44,0	33,6
Dinamarca	21,0	36,0	43,0
Alemanha	42,0	40,3	17,6
Estônia	0,0	51,5	48,5
Irlanda	29,5	0,0	70,5
Grécia	45,5	10,3	44,2
Espanha	48,2	38,1	13,8
França	34,6	36,2	29,3
Itália	35,4	43,7	20,9
Chipre	0,0	100,0	0,0
Letônia	47,2	13,5	39,3
Lituânia	24,2	31,2	44,4
Luxemburgo	0,0	100,0	0,0
Hungria	17,4	34,7	47,9
Malta	100,0	0,0	0,0
Países Baixos	71,1	28,3	0,7
Áustria	33,0	26,5	40,5
Polónia	28,3	33,6	38,0
Portugal	47,7	13,5	38,8
Romênia	9,9	43,9	46,2
Eslovênia	24,9	31,0	44,1
Eslováquia	11,4	38,3	50,3
Finlândia	25,4	30,7	43,9
Suécia	20,9	56,1	23,0
Reino Unido	71,3	25,8	2,9

Fonte: Statistical Office of the European Communities. Urban-rural typology. Luxemburgo: Eurostat, 2015. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Urban-rural_typology>. Acesso em: jun. 2017.

A tipologia rural-urbana elaborada pela União Europeia destaca-se por buscar uma solução que atenuar as divisões territoriais dos países classificados, a partir do uso da grade estatística na etapa preliminar do processo. Há estudos e propostas de metodologias realizadas por entidades vinculadas à União Europeia para refinar ainda mais a metodologia, incorporando a acessibilidade dos centros urbanos – como a metodologia da OCDE – ou aspectos socioeconômicos das unidades. No entanto, essas iniciativas ainda não foram integradas à metodologia oficial da União Europeia⁹.

Tipologia da Inglaterra e País de Gales

A Inglaterra e o País de Gales possuem uma tipologia territorial denominada Rural-Urban Classification - RUC¹⁰, adotada pelo Escritório de Estatísticas Nacionais do Reino Unido¹¹ e por uma série de outras instituições oficiais, como o Departamento de Comunidades e Governos Locais; o Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais e o Governo Galês, para subsidiar políticas e análises específicas¹². A primeira versão dessa tipologia foi elaborada em 2001 e posteriormente atualizada, com pequenas modificações para o Censo de 2011 dos países (BIBBY; BRINDLEY, 2013).

O critério fundamental adotado nessa tipologia é morfológico, mais especificamente a identificação e caracterização de assentamentos, medidos pela disposição agregada ou dispersa de habitações, prédios e áreas construídas. Apesar disso, há também critérios complementares que envolvem patamares populacionais nas unidades territoriais classificadas. Tais unidades são denominadas Output Area - OA, equivalentes a setores censitários no Brasil, entretanto preliminarmente classifica-se uma grade quadricular de células de 100m x 100m.

Durante a classificação é realizado um processo de identificação de assentamentos em uma grade de células em hectares (100m x 100m). Todas as células que compõem assentamentos tipificados passam por um novo critério de classificação: aquelas com 10 000 habitantes ou mais são classificadas como urbanas, enquanto as outras serão rurais. Uma vez definida a classificação das células como urbanas ou rurais, refina-se a classificação a partir da mensuração do grau de dispersão ou concentração da população em escalas mais amplas (10, 20 e 30km), definindo-se um contexto aos assentamentos físicos. Nesse sentido, os assentamentos serão qualificados como não esparsos ou esparsos.

Finalmente, a classificação das células efetuadas nas etapas anteriores é transposta para os setores censitários. Para tanto, classifica-se todo o setor censitário levando-se em consideração a proporção dos tipos de assentamentos presentes em

⁹ Os autores Dijkstra e Poelman (2008) publicaram uma extensão da tipologia da União Europeia para agregar o critério de acessibilidade às cidades.

¹⁰ A descrição da metodologia está baseada em dois textos oficiais elaborados por BIBBY, P.; BRINDLEY (2013) e pelo Department for Environment Food and Rural Affairs (GUIDE..., 2016).

¹¹ Essa tipologia não se aplica a Irlanda do Norte e a Escócia apesar desses países comporem o Reino Unido. As classificações desses países podem ser consultadas nas seguintes publicações: RURAL AND ENVIRONMENT SCIENCE AND ANALYTICAL SERVICES DIVISION. Scottish government urban/rural classification 2013-2014. Edinburgh: Scottish Government, 2014. 32 p. Disponível em: <<http://www.gov.scot/Resource/0046/00464780.pdf>>. Acesso em: jun. 2017. Para a classificação da Irlanda do Norte, consultar: NORTHERN IRELAND STATISTICS AND RESEARCH AGENCY. *Review of the statistical classification and delineation of settlements*. Belfast, 2015. 23 p. Disponível em: <<https://www.nisra.gov.uk/sites/nisra.gov.uk/files/publications/review-of-the-statistical-classification-and-delineation-of-settlements-march-2015.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

¹² Essas instituições formaram um consórcio com a Universidade de Sheffield para elaborar uma tipologia rural-urbana.

seu interior. Nesta etapa, as classes são reajustadas e a classificação final contempla dez classes. As urbanas contêm quatro unidades:

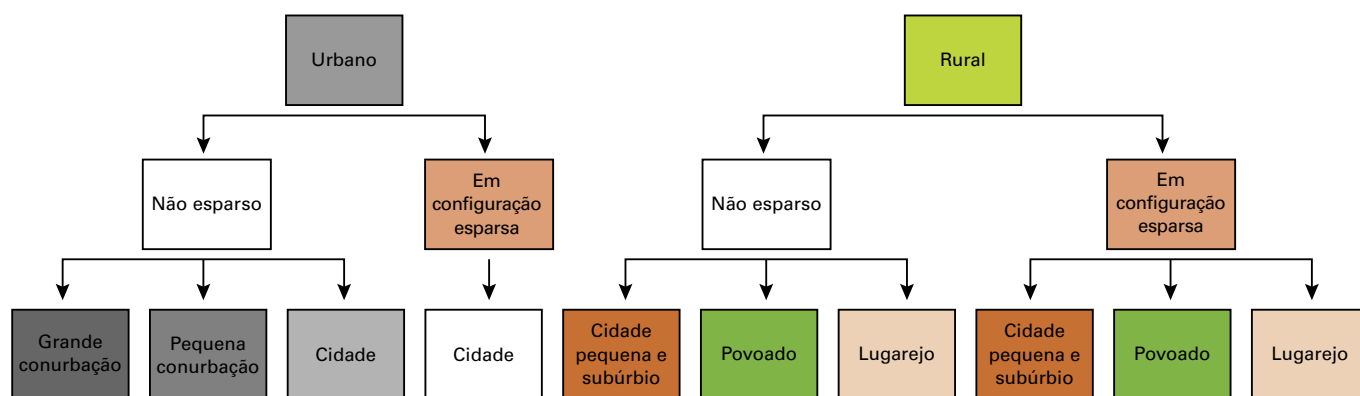
- Grande conurbação
- Pequena conurbação
- Cidade não esparsa
- Cidade em configuração esparsa

As áreas rurais são subdivididas em seis classes:

- Cidade pequena e Subúrbio não esparsa
- Povoado não esparsa
- Lugarejo/habitações isoladas não esparsa
- Cidade pequena e Subúrbio em configuração esparsa
- Povoado em configuração esparsa
- Lugarejo/habitações isoladas em configuração esparsa.

O quadro síntese encontra-se detalhado na Figura 1:

Figura 1 - Esquema da Classificação Rural Urbana - RUC 2011 da Inglaterra e País de Gales



A distribuição de setores censitários nas classes pode ser observada na Tabela 3:

Tabela 3 - Distribuição percentual dos setores censitários do Censo 2011 nas classes rurais e urbanas na Inglaterra e País de Gales

Classificação dos setores censitários	Percentual (%)
Urbano: Grande conurbação	32,6
Urbano: Pequena conurbação	3,5
Urbano: Cidade	44,7
Urbano: Cidade em configuração esparsa	0,3
Rural: Cidade pequena	8,7
Rural: Cidade pequena em configuração esparsa	0,6
Rural: Povoados	5,3
Rural: Povoados em configuração esparsa	0,6
Rural: Lugarejo	3,3
Rural: Lugarejo em configuração esparsa	0,5

Fonte: Bibby, P.; Brindley, P. Urban and rural area definitions for policy purposes in England and Wales: methodology. Version 1.0. London: Government Statistical Service, 2013. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/239477/RUC11methodologypaperaug_28_Aug.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

De acordo com a Tabela 3, 81,0% dos setores censitários estão localizados em áreas urbanas e apenas 19,0% em áreas rurais. Além dessa enorme disparidade entre áreas rurais e urbanas, há quatro classes que concentram menos de 1,0% dos setores censitários cada uma. Nesse sentido, apesar de o detalhamento da classificação ser desejável do ponto de vista conceitual, a grande quantidade de classes nem sempre constitui a opção mais adequada para descrever a caracterização da ocupação espacial. De todo o modo, a classificação dos espaços rurais da Inglaterra e País de Gales constitui uma referência importante de metodologia pautada principalmente pelo critério morfológico.

Tipologia da Austrália

A Australian Bureau of Statistics, instituição estatística nacional da Austrália realiza classificações de áreas rurais e urbanas em diversos níveis territoriais. Os Mesh Blocks, as menores unidades territoriais de coleta e divulgação estatística são definidas como urbanas ou rurais de acordo com a concentração ou dispersão populacional (PINK, 2011a).

O nível de agregação imediatamente superior, as Áreas Estatísticas de Nível 1 (SLA1 - Statistical Area Level 1), são caracterizadas como urbanas, por meio de critérios mistos de densidade demográfica e densidade de habitações. A agregação dos SLA1 urbanos gera um outro patamar territorial, cujas classes Centros Urbanos e as Localidades. Na prática as áreas que não estão nessas duas classes, são consideradas rurais (PINK, 2011b).

A dificuldade de parcela da população australiana, que vive longe dos grandes centros metropolitanos, em acessar certos serviços, bem como a preocupação do impacto desse cenário em sua vida prática em termos de qualidade de vida, motivou

a elaboração de uma tipologia baseada na ideia de acessibilidade, apresentando uma abordagem alternativa à divisão rural-urbana tradicional. De acordo com o Australian Institute of Health and Welfare (2004) em Canberra, a acessibilidade pode ser compreendida como:

[...] acesso a um conjunto de serviços, alguns dos quais estão disponíveis em centros menores e outros em centros maiores: a acessibilidade de uma localização pode também ser medida em termos da distância que alguém precisa viajar a centros de vários tamanhos (AUSTRALIAN INSTITUTE OF HEALTH AND WELFARE, 2004, p. 2).

As classificações denominadas Índice de Acessibilidade da Austrália - ARIA e Classificação de Acessibilidade de Áreas utilizam como referência a acessibilidade, baseada na distância rodoviária percorrida ao centro de serviço mais próximo. A partir de sua aplicação nas Áreas Estatísticas Locais (SLAs), é possível classificar os espaços rurais e urbanos em altamente acessíveis, acessíveis, moderadamente acessíveis, remotos ou muito remotos.

A Classificação de Acessibilidade de Áreas foi desenvolvida para integrar a Classificação Geográfica Australiana Padronizada a partir de um aprimoramento da classificação ARIA. Ela estabeleceu a aplicação do Índice ARIA em unidades espaciais menores que as áreas estatísticas locais, os denominados Distritos de Coleta de Dados (Collection District - CD)¹³. A partir da classificação dos CDs de acordo com a distância rodoviária percorrida aos centros de serviços mais próximos é possível fazer uma classificação mais detalhada das áreas de estatísticas locais e dos níveis territoriais mais amplos. Nesta metodologia, a classificação de acessibilidade de áreas identifica as seguintes categorias para espaços rurais e urbanos:

- Grandes Cidades
- Interior Regional
- Exterior Regional
- Remoto
- Muito Remoto

Ao contrário da maioria dos países que mantêm apenas critérios de patamares populacionais e de divisão administrativa para definir as áreas rurais e urbanas, a Austrália adota numerosos critérios de classificação, e também diferentes tipologias de acordo com o nível escalar das áreas classificadas. Dessa forma, há maiores alternativas para se analisar geograficamente um país de grandes dimensões e de muita variedade de tipos de ocupação e distribuição demográfica.

Tipologia dos Estados Unidos da América

Tendo em vista as recentes modificações na dinâmica urbana e populacional dos Estados Unidos, em que foi observado aumento nas dimensões de muitos núcleos urbanos e consequente aumento da população urbana, o U.S. Census Bureau, ins-

¹³ "O Census Collection District (CD) é a segunda menor área geográfica definida na Classificação Geográfica Australiana Padronizada (ASGC), sendo o menor o Bloco de Malha. O CD foi projetado para uso no Censo de População e Habitação como a menor unidade de coleta e processamento. [...]. Os CDs devem ser consistentes tanto com o seu papel de unidade espacial útil como de bloco de construção capaz de agregação em unidades espaciais ASGC de nível mais amplo e com os requisitos de carga de trabalho dos coletores" (COLLECTION..., 2011, tradução nossa).

tituição de estatísticas nacionais norte-americana, prevê que o corte demográfico que baseia sua classificação pode sofrer alterações ao longo do tempo. No presente momento o corte demográfico entre espaços urbanos e espaços rurais considera 2 500 habitantes, patamar a partir do qual as áreas são consideradas urbanas.

A classificação de espaços rurais e urbanos é feita com base em setores censitários e blocos censitários (unidades espaciais maiores que os setores censitários brasileiros), que são categorizados em função do corte populacional básico. Posteriormente, esses setores e blocos censitários são qualificados a partir de cálculos de densidade populacional somados a algumas características de uso do solo para identificar espaços densamente desenvolvidos.

A qualificação de densidade nos blocos censitários é feita em duas etapas. Nos blocos de maior densidade é considerado o corte de 1 000 habitantes por milha quadrada, que são agregados para formar uma área-núcleo mais densa. Em seguida o mesmo procedimento é aplicado com o corte de densidade de 500 habitantes por milha quadrada, o que permite identificar blocos não incluídos no primeiro corte que contenham outros usos que não somente o residencial, e que correspondem a espaços adjacentes à área-núcleo.

A partir do censo de 2010 o U.S. Census Bureau incluiu o uso do solo como um aspecto a ser contemplado na qualificação de áreas urbanas e rurais, complementando a qualificação de densidade já utilizada. Neste item consideram-se a cobertura do solo e a presença de superfícies impermeáveis, bem como a presença de aeroportos com um determinado porte. A distância, por sua vez, é um item a ser considerado adicionalmente e que visa dar conta dos casos em que o desenvolvimento espacial urbano não se dá de forma contínua (RATCLIFFE et al., 2016).

A partir do exposto, o U.S. Census Bureau define os espaços urbanos como áreas mais densas, com maior população e maior adensamento de construções, categorizando-os em áreas urbanizadas (superior a 50 000 habitantes) e aglomerados urbanos (entre 2 500 e 50 000 habitantes). Por oposição, os espaços rurais são definidos como aqueles em que o quantitativo populacional é menor que 2 500 habitantes e se distribui de maneira menos concentrada e nos quais as edificações são mais esparsas ou mesmo inexistentes. A Tabela 4 mostra a distribuição entre estas três classes com dados de 2010:

Tabela 4 - População dos Estados Unidos, segundo áreas urbanas, áreas urbanizadas, aglomerados urbanos e áreas rurais

Área	Número de áreas (2010)	População 2010	Porcentagem (%) da população 2010
Total	3573	308 745 538	100
Urbana	-	249 253 271	80,73
Áreas Urbanizadas	486	219 922 123	71,23
Aglomerados Urbanos	3087	29 331 148	9,50
Rural	-	59 492 267	19,27

Fonte: 2010 census urban and rural classification and urban area criteria. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2010.
Disponível em: <<https://www.census.gov/geo/reference/ua/urban-rural-2010.html>>. Acesso em: jun. 2017.

Experiência nacional

Apresentamos agora como a questão dos espaços rurais e urbanos vem sendo tratada no âmbito institucional no Brasil. Na esfera nacional o IBGE assume importante papel na questão da definição de áreas rurais e urbanas, enquanto órgão responsável pelas estatísticas oficiais do País, que demandam recortes territoriais mais aderente à realidade para aprimorar a coleta e divulgação de dados.

O Decreto-lei n. 311, de 02.03.1938 que dispõe sobre a divisão territorial do Brasil, constitui-se em um marco legal da diferenciação entre espaços rurais e urbanos no País. Ele estabelece, entre outros aspectos, os critérios objetivos para a diferenciação entre cidades e vilas, pois até aquele ano não havia distinção entre estas duas unidades político-administrativas e as sedes de municípios podiam ser vilas ou cidades, dependendo das condições de sua criação (LIMA, 2007). A partir do citado decreto, todos os distritos-sede de municípios passaram a ser classificados como cidades, enquanto as vilas seriam todas as sedes de distritos. Tudo o que estivesse fora deste enquadramento corresponderia ao rural. Caberia aos municípios estabelecer esta diferenciação, bem como definir os limites de cidades, vilas e, por consequência, das áreas rurais.

A promulgação deste Decreto-lei foi uma resposta às demandas do Instituto Nacional de Estatística apresentadas na Convenção Nacional de Estatística de 1936 e reafirmadas na Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística em 1937, que defendiam o ordenamento territorial como condição fundamental para o conhecimento aprofundado do Território Nacional e de sua população através da atividade censitária. O decreto-lei apresentou uma definição político-administrativa para identificar áreas urbanas e rurais que foi alvo de muitas críticas¹⁴. Contudo, é importante ressaltar que o Decreto-lei n. 311/1938 teve o mérito de estabelecer uma base de dados mais sistematizada sobre o Território Nacional, propiciando mais consistência às informações coletadas e divulgadas:

O decreto-lei regulamentou a distinção entre cidade e vila, garantiu que seus nomes fossem os mesmos do município e distrito que sediavam, hierarquizou as divisões territoriais administrativa e judiciária, estabeleceu um número mínimo de moradias para vilas e cidades e garantiu o mapeamento, por precário que fosse, de todos os municípios (LIMA, 2007, p. 97).

Os critérios para criação de uma cidade que foram previstos no Decreto-lei n. 311/1938 eram a existência de população mínima de 1 000 habitantes e de o mínimo de 200 domicílios¹⁵. Uma lei complementar à Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937, em 9 de novembro deste ano, alterou estes valores, indicando como patamar inferior uma população de 10 000 habitantes, ainda que mantendo a referência a 200 domicílios, e acrescentou que desta população 10,0% deveriam ser eleitores, e deve-

¹⁴ Entre as críticas apresentadas desde o momento histórico de criação do Decreto-lei n. 311/1938 até sua vigência atual, destacamos Bezerra e Bacelar (CONCEPÇÕES..., 2013) que contestam a concepção do espaço rural como resíduo do urbano. Segundo as autoras, a adoção de uma definição de rural a partir da oposição ao urbano orientou uma estratégia de modelo econômico adotado no Brasil que privilegia historicamente os espaços urbanos.

¹⁵ Azevedo (1956) e o Grupo de Estudos de Geografia das Indústrias (1963) criticam a deturpação do conceito geográfico de cidade observada em muitos dos novos núcleos urbanos criados, que a partir dos critérios propostos não teriam infraestrutura nem funções socioeconômicas e culturais mínimas para receberem essa classificação.

riam representar cinco milésimos da receita estadual de impostos¹⁶. A Constituição Federal do Brasil de 1988 delegou aos Estados a competência de estabelecer os critérios de criação de novos municípios, acabando, portanto, com a homogeneidade desses critérios em nível nacional ou, mesmo quando os critérios permaneceram, passou a haver grande variação nos valores de corte mínimo para cada um (LIMA, 2007).

O IBGE, como órgão federal, segue este dispositivo legal e, eminentemente, político-administrativo para classificar os espaços e sua população. De acordo com Lima (2007, p. 98), nenhum outro

[...] documento legal, incluindo três Constituições Federais, alterou o estabelecido quanto ao significado de urbano e rural, conservando-se o entendimento de que todas as cidades e vilas são urbanas e que o espaço rural é o que lhes é externo.

Mesmo a Lei n. 5.172, de 25.10.1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e que serve de referência ao *Manual da base territorial*, editado pelo IBGE, mantém o predisposto no Decreto-lei n. 311/1938 de que é de incumbência do município definir os limites da zona urbana e, por exclusão, da zona rural.

Um bom planejamento das operações censitárias pressupõe uma caracterização adequada do Território Nacional, com representação correta do quadro territorial vigente. Isso inclui a necessidade de classificação adequada dos espaços urbanos e rurais, das unidades político-administrativas e demais estruturas territoriais, bem como da correta classificação do setor censitário, que são as unidades básicas de coleta de informações em censos demográficos (MANUAL..., 2014).

O *Manual da base territorial* considera a referência legal para definição de áreas urbanas e rurais, qual seja, a de áreas institucionalizadas nos estados e municípios. Uma área urbana seria aquela

[...] interna ao perímetro urbano, criada através de lei municipal, seja para fins tributários ou de planejamento urbano (Plano Diretor, zoneamento etc.). Para as cidades ou vilas onde não existe legislação que regulamente essas áreas, deve-se estabelecer um perímetro urbano para fins de coleta censitária cujos limites devem ser aprovados oficialmente pela prefeitura municipal (área urbana para fins estatísticos) (MANUAL..., 2014, p. 21).

A área rural, por sua vez “é aquela que não foi incluída no perímetro urbano por lei municipal. Caracteriza-se por uso rústico do solo, com grandes extensões de terra e baixa densidade habitacional. Incluem campos, florestas, lavouras, pastos etc” (MANUAL..., 2014, p. 22).

Conforme afirmado anteriormente, a legislação que regulamenta estas classificações, a Lei n. 5.172/1966, em essência mantém a mesma concepção de urbano e rural proposta no Decreto-lei n. 311/1938, em que o rural é definido ainda por exclusão à área urbana. Ainda que o IBGE baseie seu trabalho sobre a conceituação legal vigente, a diversidade dos aspectos territoriais observados levou a instituição a buscar maneiras de adequar este conceito, eminentemente legal e político-administrativo, à realidade observada. A estratégia adotada para não se limitar somente à delimitação

¹⁶ Lima (2007, p. 98) aponta alguns problemas associados a esses critérios: “Este critério único para todo o Brasil era, antes de tudo, a negação das enormes e conhecidas desigualdades existentes, uma vez que a reunião de 10 000 pessoas encerra realidades totalmente distintas a depender da fração do território em que ocorre. Do mesmo modo a geração de 5 milésimos da receita estadual oriunda de impostos apresenta distribuição tão ou mais desigual que a referente às enormes e conhecidas desigualdades existentes, uma vez que a reunião de 10 000 pessoas encerra realidades totalmente distintas a depender da fração do território em que ocorre. Do mesmo modo a geração de 5 milésimos da receita estadual oriunda de impostos apresenta distribuição tão ou mais desigual que a referente à população. Entretanto esta legislação vigorou até o final da década de 1980 quando foi substituída por leis que ainda vigem atualmente.”

legal do perímetro municipal é a de considerar também os aspectos morfológicos das áreas para classificar frações do território. Para isso leva-se em consideração elementos como a quantidade de domicílios e a distância entre as habitações em determinado setor censitário.

Dessa maneira, o *Manual da base territorial*, do IBGE lista oito situações possíveis de classificação de setores censitários. Os setores censitários contidos no perímetro urbano dos municípios. As áreas urbanas são divididas em área urbana, área não urbanizada de cidade ou vila e área urbana isolada. Os setores censitários externos ao perímetro urbano são classificados como enquanto as áreas rurais são classificadas como aglomerado rural de extensão urbana, povoado, núcleo, lugarejo e área rural. A área não urbanizada de cidade ou vila é aquela que, embora legalmente urbana, apresenta ocupação eminentemente rural, enquanto a área rural de extensão urbana se constitui numa ocupação com características urbanas que está situada fora do perímetro urbano municipal¹⁷. Trata-se de uma classificação fundamentalmente operacional, e está sujeita à atualizações periódicas em seus critérios. Esta classificação é a que está sendo usada atualmente, como foi dito, é fundamentalmente operacional. Por isso, pode estar sujeita a atualizações futuras, que deem conta da realidade de maneira mais adequada.

Tendências atuais das classificações territoriais institucionais

Apesar das inúmeras mudanças na organização geográfica dos países nas últimas décadas, as dimensões urbanas e rurais permanecem sendo instâncias espaciais fundamentais para o Estado e as instituições, o que pode ser atestado pelo fato de ser muito difícil encontrar países ou órgãos internacionais que prescindam dessa classificação para a elaboração de diagnósticos socioeconômicos ou para o estabelecimento de políticas públicas, conforme indicado pela lista de países e órgãos da Tabela 1.

A tendência das classificações mais refinadas das últimas décadas é a de buscar alternativas para não tratar o rural como um subproduto ou resíduo do urbano, atendendo assim uma demanda do planejamento de políticas rurais (CONCEPÇÕES..., 2013). A crescente complexidade do meio rural, que no geral passou por uma diversificação econômica, fez com que emergissem tipologias que procuram qualificar os estratos rurais e urbanos, relacionando-os a questões de acessibilidade e oferta de serviços, por exemplo. Em muitos casos, foram estabelecidas classes intermediárias entre as duas situações, frequentemente com denominação explícita nesse sentido (vide metodologias da União Europeia e OCDE). Apesar das tentativas recentes de ampliar o leque de abordagens de classificação das áreas rurais e urbanas, na maioria das vezes é inevitável a utilização de patamares demográficos em alguma etapa da tipologia. Dessa forma, não se trata de abandonar os dois critérios mais frequentes – tamanho de população e político-administrativo – e sim de associá-los à outros critérios.

¹⁷ Para informações mais detalhadas consultar: MANUAL da base territorial 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 157 p.

A análise das diversas metodologias utilizadas por países e organizações internacionais mostra que a definição das bases territoriais que serão classificadas é primordial para o estabelecimento de uma metodologia consistente. É desejável que as unidades territoriais classificadas possuam certa homogeneidade, mas quando isso não é possível, uma opção viável é realizar pré-classificações em unidades mais homogêneas, conforme observado na Inglaterra e na União Europeia que recorreram a essa alternativa em suas tipologias rurais-urbanas.

Proposta de classificação dos espaços rurais e urbanos no Brasil: tipologia municipal

A presente metodologia propõe-se a definir uma tipologia rural-urbano para o recorte territorial municipal, mesmo reconhecendo a generalização necessária nessa escala de análise, uma vez que dentro de praticamente todos os municípios brasileiros encontraremos uma variedade de situações que vão desde os espaços eminentemente rurais às grandes densidades urbanas. Ao lado de conhecer a realidade, simplificando-a, a tipologia se faz necessária para orientar outros estudos, como também na condução da gestão territorial e na tomada de decisões em políticas que tenham o município como sua escala de operacionalização.

O critério fundamental escolhido para essa metodologia é a densidade demográfica, alinhada com tipologias bem aceitas internacionalmente como a da OCDE e União Europeia, conforme verificado no capítulo anterior. Essa escolha facilita a comparabilidade dos resultados brasileiros com um número significativo de países. Além disso optou-se por considerar o critério de acessibilidade a centros com alto nível hierárquico em relação a rede urbana. Desse modo, buscou-se critérios alternativos e complementares àqueles mais frequentes em tipologias oficiais: a patamares demográficos de localidades e a de critérios legais – que vigora atualmente no País.

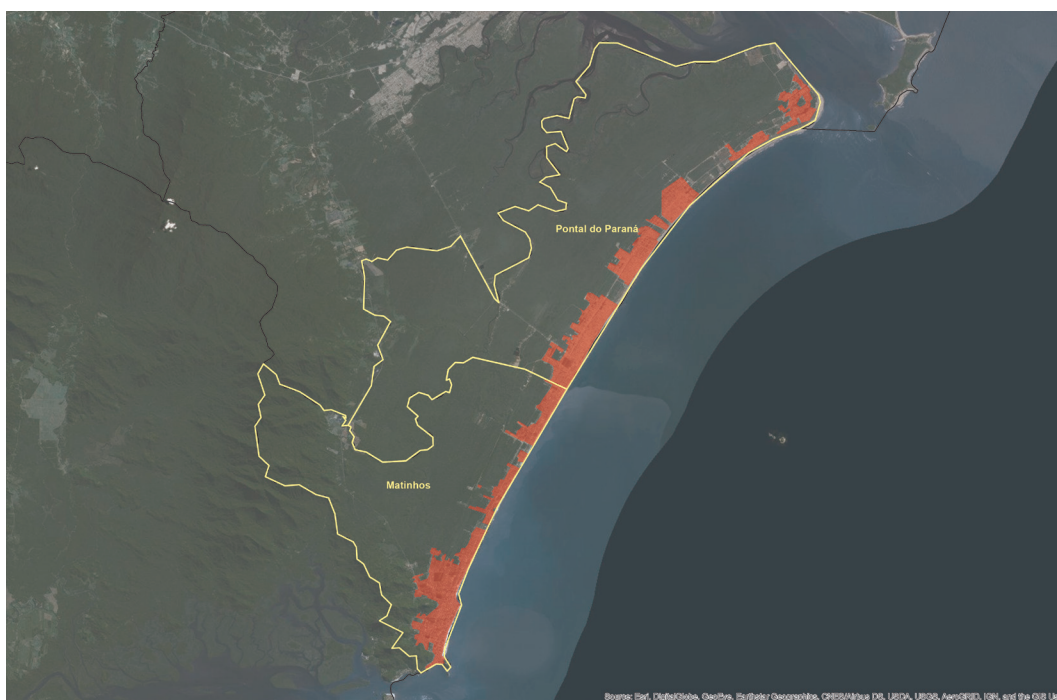
A definição da tipologia efetuou-se segundo um processo de classificações e cruzamentos matriciais sucessivos com base nos seguintes critérios: população em áreas de ocupação densa, proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total e localização.

Embora a tipologia seja em escala municipal o recorte espacial de análise das áreas de ocupação densa neste trabalho não se limita

à divisão política. Através da utilização da base do estudo *Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil* (2015), partiu-se da premissa de agrupamentos de municípios com sua mancha urbanizada contígua iriam constituir como uma seção homogênea de atividades urbanas. Sendo assim, foram consideradas as concentrações urbanas (arranjos populacionais e municípios isolados¹⁸ com mais de 100 000 habitantes), os arranjos populacionais com contiguidade das manchas urbanizadas (neste caso, os municípios que pertencem a um arranjo populacional somente pelo critério de deslocamento cotidiano, não foram considerados), além dos municípios isolados (que não formaram arranjos). A este elemento analítico foi dado o nome de Unidade Populacional a fim de facilitar a compreensão do trabalho.

A Figura 2 mostra a Unidade Populacional de Matinhos – Pontal do Estado do Paraná no qual é possível observar a mancha urbana contígua entre esses dois municípios. É entendido que, quando há tamanha conurbação entre as manchas urbanas de distintos municípios, muitas das funções urbanas acabam sendo compartilhadas, ocorrendo um movimento pendular contínuo para trabalho, estudo e busca de bens e serviços. Neste sentido, optou-se por considerá-los em conjunto para análise da dimensão espacial urbana, uma vez que a morfologia não é limitada por divisões político-administrativas.

Figura 2 - Mancha urbana na unidade populacional de Matinhos - Pontal do Estado do Paraná.



Elaborado pela Coordenação de Geografia com base em imagem capturada no Google Earth em 2017.

¹⁸ São considerados municípios isolados aqueles que não participam de arranjos populacionais (ARRANJOS..., 2015).

O critério da população total em áreas de ocupação densa pode ser tomada como uma aproximação da complexidade da vida urbana municipal. Já a escolha da avaliação pelo critério da proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total baseia-se no fato de que quando se comparam municípios do mesmo tamanho populacional, quanto maior for essa proporção maior será a tendência de um maior dinamismo das atividades urbanas, tais como sistemas de transportes e oferta de serviços. Entende-se assim que eles atendem aos objetivos da tipologia dado o nível de generalização considerado.

Adicionalmente, para ampliar o entendimento das áreas urbanas e rurais, qualificou-se a tipologia com um critério que leva em conta o acesso dos municípios a bens e serviços mais complexos. A localização ou a acessibilidade aos centros urbanos mais estruturados também se apresenta como um elemento importante, já que a relação das cidades menores com os centros urbanos de maior hierarquia reflete diretamente no modo de vida e na configuração do espaço. Esse aspecto contribui com o objetivo de se construir uma tipologia que rompa com a abordagem dicotômica que separa os espaços rurais dos espaços urbanos.

População em áreas de ocupação densa

Para definir uma tipologia independente da classificação legal de populações rurais e urbanas, que possui critérios variados de identificação em cada município, optou-se por obter a população total nas áreas de ocupação densa utilizando o critério de densidade e contiguidade das manchas de ocupação a partir da Grade Estatística¹⁹ do IBGE. A Grade Estatística permite obter informações sobre população total e o total de domicílios do Censo Demográfico 2010 para áreas que não precisam respeitar os limites políticos administrativos nacionais, ampliando assim a possibilidade de análise e agregação de dados.

A Grade Estatística divide o território em células de 200m x 200 m nas áreas legalmente urbanas e 1km x 1km nas áreas legalmente rurais. Porém para delimitar as áreas urbanas e rurais a partir de critérios homogêneos foi utilizada a grade com células 1km x 1km para todo o Território Nacional. É importante considerar a densidade como critério para delimitar a ocupação urbana, pois esse é um indicador apropriado para refletir o espaço construído²⁰.

O corte de densidade para a classificação das células foi definido com auxílio de um processo de varredura em imagem de satélite buscando melhor traduzir a heterogeneidade da aglomeração e dispersão da população no território brasileiro. Dessa forma, as células de ocupação densa foram definidas como aquelas que apresentam mais de 300 hab/km² e cuja soma com as suas oito células contíguas apresenta um valor maior ou igual a 3 000 habitantes. Para realizar a soma, considera-se oito quadrículas como vizinhas, as superiores, inferiores e diagonais, conforme a Figura 3. Caso essas duas condições não forem cumpridas, a célula é classificada como ocupação dispersa.

¹⁹ As grades estatísticas constituem uma forma de disseminação de dados que permite análises detalhadas e independentes das divisões territoriais, visando atender, principalmente, a necessidade de se ter dados em unidades geográficas pequenas e estáveis ao longo do tempo, facilitando sobremaneira a comparação nacional e internacional (GRADE..., 2016).

²⁰ Esse critério está presente em influentes abordagens de órgãos internacionais, como a União Europeia e a OCDE, além de ser reconhecido pela literatura. Nesse sentido, Veiga (2003, p. 33) afirma que “o critério decisivo é a densidade demográfica. É ela que estará no âmago do chamado ‘índice da pressão antrópica’, quando ele vier a ser construído. Isto é, o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas”.

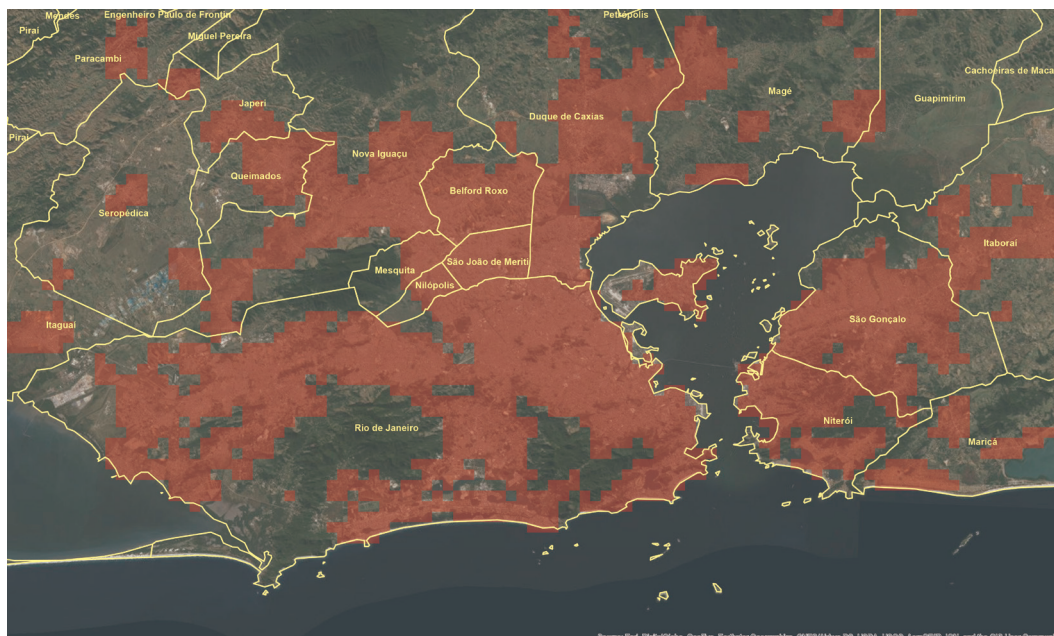
Figura 3 - Grade de células contíguas utilizada na primeira etapa de classificação das áreas de ocupação densa

1	2	3
4		5
6	7	8

IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia

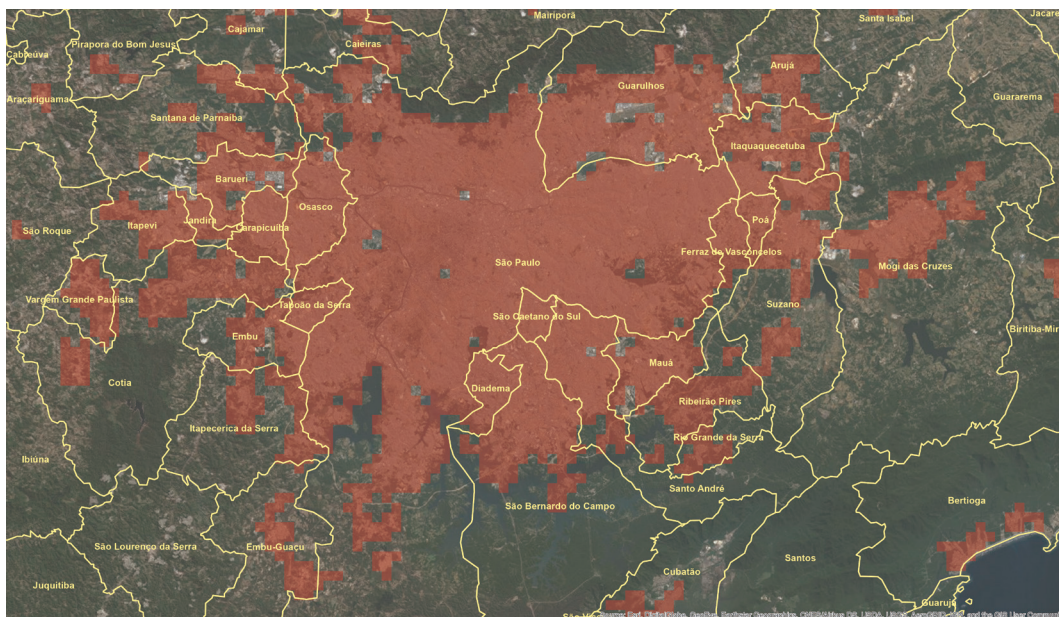
As Figuras 4, 5, 6 e 7 apresentam em destaque os *pixels* classificados como de ocupação densa de acordo com os critérios adotados. A imagem de satélite permite observar a aderência das células classificadas como de ocupação densa com as manchas urbanas em diferentes municípios.

Figura 4 - Áreas de ocupação densa a partir da Grade Estatística do IBGE no Estado do Rio de Janeiro



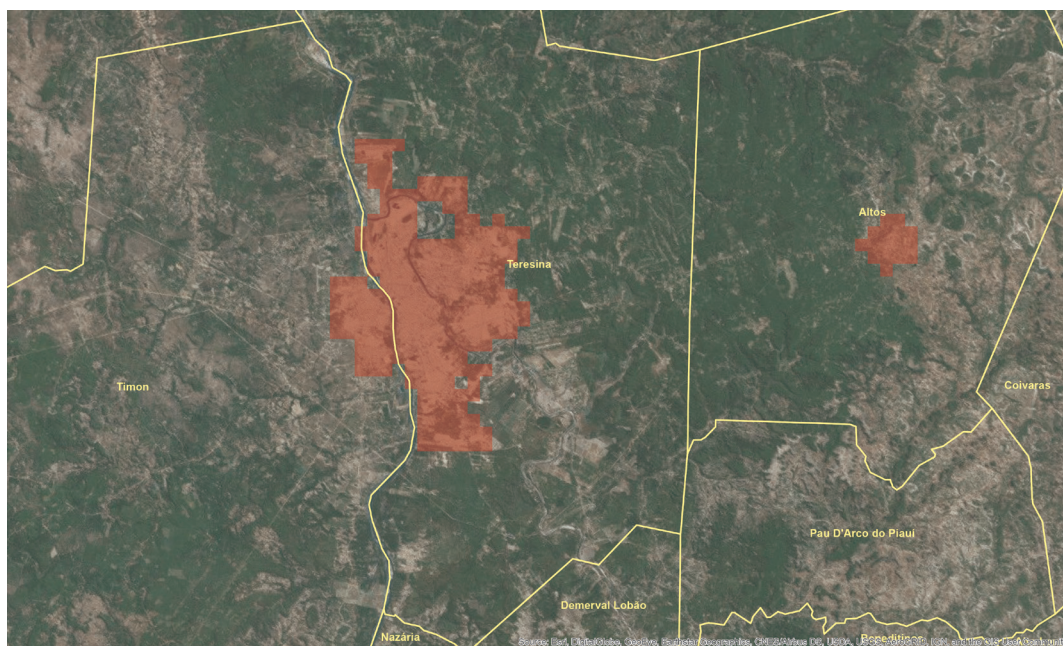
Elaborado pela Coordenação de Geografia com base em imagem capturada no Google Earth em 2017.

**Figura 5 - Áreas de ocupação densa a partir da Grade Estatística do IBGE
no Estado de São Paulo**



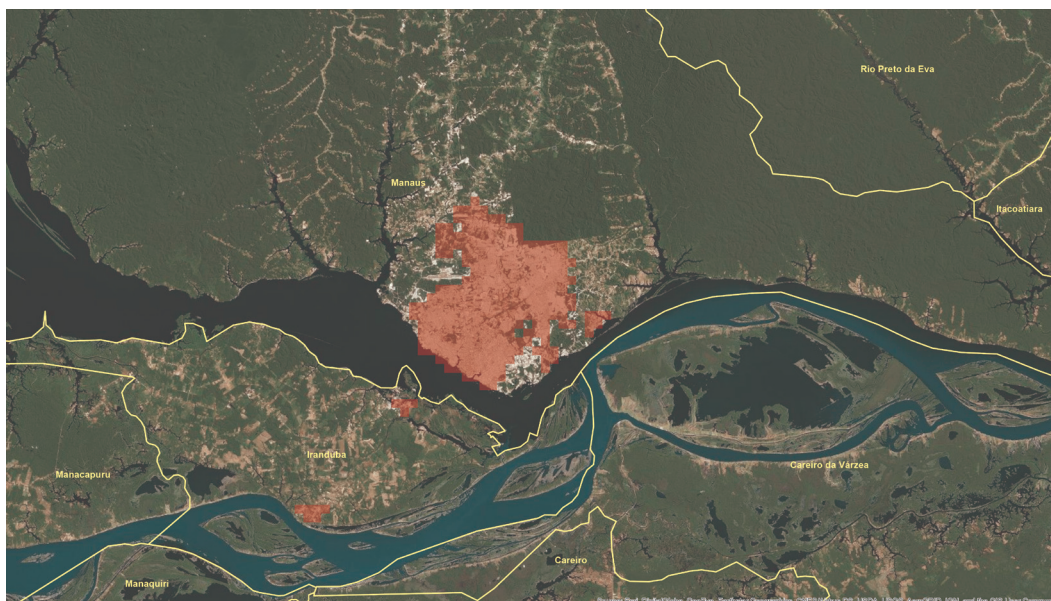
Elaborado pela Coordenação de Geografia com base em imagem capturada no Google Earth em 2017.

**Figura 6 - Áreas de ocupação densa a partir da Grade Estatística do IBGE
nos Estados do Piauí e Maranhão.**



Elaborado pela Coordenação de Geografia com base em imagem capturada no Google Earth em 2017.

**Figura 7 - Áreas de ocupação densa a partir da Grade Estatística do IBGE
no Estado do Amazonas**



Elaborado pela Coordenação de Geografia com base em imagem capturada no Google Earth em 2017.

Após a classificação das células a grade foi associada à malha municipal a fim de se obter a população total em áreas de ocupação densa e ocupação dispersa para todos os municípios brasileiros.

Ao associar os dados da grade estatística à malha municipal, notou-se que alguns municípios apresentavam diferenças ao se comparar a população total a partir da grade estatística e a população total divulgada através da malha municipal.

A partir dessa constatação a base de dados produzida foi submetida a uma análise de consistência a partir da comparação da população total dos municípios obtida pela Grade Estatística, com a população total dos municípios obtida pela malha municipal oficial do Censo Demográfico 2010. Os resultados dessa análise são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Análise da consistência da população total dos municípios utilizando a Grade Estatística e a Malha Municipal Oficial do Censo Demográfico 2010

Diferença de população total municipal obtida pela Grade Estatística 2010 em relação à população municipal oficial 2010 (%)	Total de municípios	Frequência acumulada de municípios
Acima de 40 %	6	6
De 30 a 40 %	14	20
De 20 a 30 %	73	93
De 10 a 20 %	588	681
Até 10 %	4 884	5 565

Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. Censo demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm>. Acesso em: jun. 2017. 3. Grade estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/grade_estatistica/censo_2010/grade_estatistica.pdf>. Acesso em jun. 2017.

Ao longo da análise de consistência notou-se que as maiores diferenças foram identificadas em municípios muito pequenos e que possuíam populações vivendo adensadas perto dos limites municipais. Dos 20 municípios com divergências entre a população oficial e a da grade estatística maiores que 30% – tanto para mais quanto para menos – todos possuem menos de 15 000 habitantes, com uma média de 5 700 (e mediana de 4 255). Destes municípios, nove foram classificados como sem população em área de ocupação densa (média de 1 700 habitantes). Nenhum destes 20 municípios sofreriam quaisquer mudanças na sua classificação final. Portanto considerou-se o uso da Grade Estatística adequado para a elaboração da tipologia.

A Grade Estatística mostrou 1 549 municípios sem população em área de ocupação densa. Com uma média de 4 400 habitantes, todos estes municípios foram considerados como predominantemente rurais.

Para avaliar a população total em áreas de ocupação densa das unidades populacionais foi realizada uma análise de distribuição de frequência, apresentada na Tabela 6, onde foram estabelecidas as seguintes classes:

- unidades populacionais com mais de 50 000 habitantes em área de ocupação densa;
- unidades populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa;
- unidades populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa;
- unidades populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa; e
- unidades populacionais com menos de 3 000 habitantes em área de ocupação densa.

Tabela 6 - Classes das unidades populacionais, segundo as Grandes Regiões, população total e população em áreas de ocupação densa - 2010

(continua)

Classes de unidades populacionais	Municípios, população em áreas densas e população total (quantidade e percentual)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Concentrações Urbanas ou Unidades populacionais com mais de 50 000 habitantes em área de ocupação densa	Número de municípios	811	36	145	384	193	53
	Municípios em relação a Grande Região %	14,57	8,02	8,08	23,02	16,25	11,37
	População nas áreas de ocupação densas	114 183 893	7 474 563	22 694 549	59 651 117	15 749 495	8 614 169
	População nas áreas de ocupação densas em relação a Grande Região %	76,51	67,18	63,17	85,59	75,53	74,03
	População total, segundo o Censo 2010	124 666 450	8 441 999	25 292 650	64 066 688	17 618 244	9 246 869
	População total, segundo o Censo 2010 %	65,36	53,21	47,66	79,72	64,33	65,78
Unidades populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa	Número de municípios	339	39	109	111	50	30
	Municípios em relação a Grande Região %	6,09	8,69	6,08	6,65	4,21	6,44
	População nas áreas de ocupação densas	10 590 924	1 289 991	3 499 447	3 387 345	1 481 177	932 964
	População nas áreas de ocupação densas em relação a Grande Região %	7,10	11,59	9,74	4,86	7,10	8,02
	População total, segundo o Censo 2010	14 536 995	1 955 812	5 421 431	4 107 590	1 924 501	1 127 661
	População total, segundo o Censo 2010 %	7,62	12,33	10,21	5,11	7,03	8,02
Unidades populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa	Número de municípios	916	93	356	249	136	82
	Municípios em relação a Grande Região %	16,46	20,71	19,84	14,93	11,45	17,60
	População nas áreas de ocupação densas	13 815 207	1 387 302	5 386 147	3 765 113	2 031 067	1 245 578
	População nas áreas de ocupação densas em relação a Grande Região %	9,26	12,47	14,99	5,40	9,74	10,70
	População total, segundo o Censo 2010	22 485 630	2 618 919	9 863 042	5 361 105	2 926 303	1 716 261
	População total, segundo o Censo 2010 %	11,79	16,51	18,58	6,67	10,69	12,21

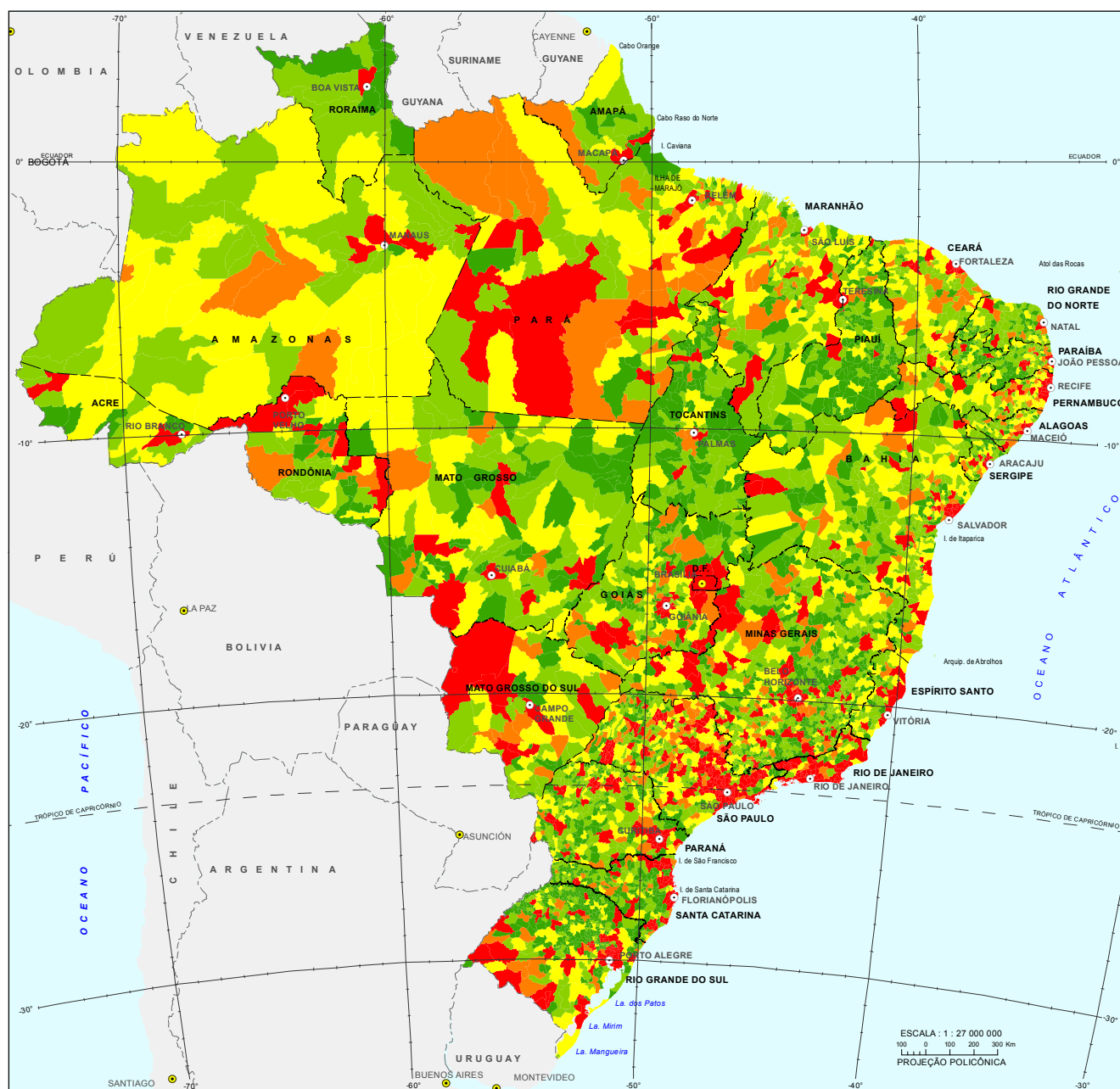
Tabela 6 - Classes das unidades populacionais, segundo as Grandes Regiões, população total e população em áreas de ocupação densa - 2010

(conclusão)

Classes de unidades populacionais	Municípios, população em áreas densas e população total (quantidade e percentual)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Unidades populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa	Número de municípios	1 769	157	720	483	267	142
	Municípios em relação a Grande Região %	31,79	34,97	40,13	28,96	22,47	30,47
	População nas áreas de ocupação densas	10 098 798	939 904	4 158 721	2 766 850	1 450 587	782 736
	População nas áreas de ocupação densas em relação a Grande Região %	6,77	8,45	11,58	3,97	6,96	6,73
	População total, segundo o Censo 2010	20 672 060	2 184 930	9 639 635	4 842 990	2 661 524	1 342 981
	População total, segundo o Censo 2010 %	10,84	13,77	18,16	6,03	9,72	9,55
Unidades populacionais com menos de 3 000 habitantes em área de ocupação densa	Número de municípios	1.730	124	464	441	542	159
	Municípios em relação a Grande Região %	31,09	27,62	25,86	26,44	45,62	34,12
	População nas áreas de ocupação densas	550 596	35 192	189 054	126 230	139 952	60 168
	População nas áreas de ocupação densas em relação a Grande Região %	0,37	0,32	0,53	0,18	0,67	0,52
	População total, segundo o Censo 2010	8 386 596	662 794	2 857 124	1 986 037	2 256 319	624 322
	População total, segundo o Censo 2010 %	4,40	4,18	5,38	2,47	8,24	4,44
Total – Brasil	Total de municípios	5 565	449	1 794	1 668	1 188	466
	População nas áreas de ocupação densas	149 239 418	11 126 952	35 927 918	69 696 655	20 852 278	11 635 615
	População total, segundo o Censo 2010	190 747 731	15 864 454	53 073 882	80 364 410	27 386 891	14 058 094

Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. Censo demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm>. Acesso em: jun. 2017. 3. Grade estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/grade_estatistica/censo_2010/grade_estatistica.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

Mapa 1 - Classificação segundo a população total em área de ocupação densa



- Capital Federal
 - Capitais Estaduais
- População total em área de ocupação densa**
- Concentração Urbana ou Unidade Populacional com mais de 50.000 habitantes em área de ocupação densa
 - Unidade Populacional que possui entre 25.000 e 50.000 habitantes em área de ocupação densa
 - Unidade Populacional que possui entre 10.000 e 25.000 habitantes em área de ocupação densa
 - Unidade Populacional que possui entre 3.000 e 10.000 habitantes em área de ocupação densa
 - Unidade Populacional com menos de 3.000 habitantes em área de ocupação densa

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia; Coordenação de Cartografia; e Censo Demográfico 2010.

A partir desta tabela, observa-se que 65,4% da população brasileira está localizada em unidades populacionais consideradas muito povoadas, totalizando 811 municípios (14,5%). Enquanto mais de 60% dos municípios possuem até 10 000 habitantes em áreas de ocupação densa, correspondendo a somente 14,0% da população total do Brasil.

Quando se analisa as Grandes Regiões, notamos que todas possuem mais da metade de suas populações vivendo em unidades populacionais com mais de 50 000 habitantes em mancha de ocupação densa. A única exceção é a Região Nordeste com 47,0%. O Mapa 1 apresenta a classificação das unidades populacionais segundo a população total em área de ocupação densa.

Proporção da população em áreas de ocupação densa em relação à população total

O grau de urbanização das unidades populacionais foi aferido a partir das faixas percentuais da população concentrada nas áreas de ocupação densa. As classes definidas distinguem as unidades populacionais da seguinte forma:

- unidades populacionais que apresentem mais de 75% da população residente em áreas de ocupação densa são classificadas de alto grau de urbanização;
- unidades populacionais que apresentem entre 50 e 75% da população residente em áreas de ocupação densa são classificados de moderado grau de urbanização; e
- unidades populacionais que apresentem menos de 50% da população residente em áreas de ocupação densa são classificados de baixo grau de urbanização.

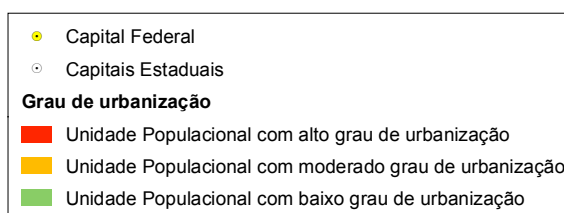
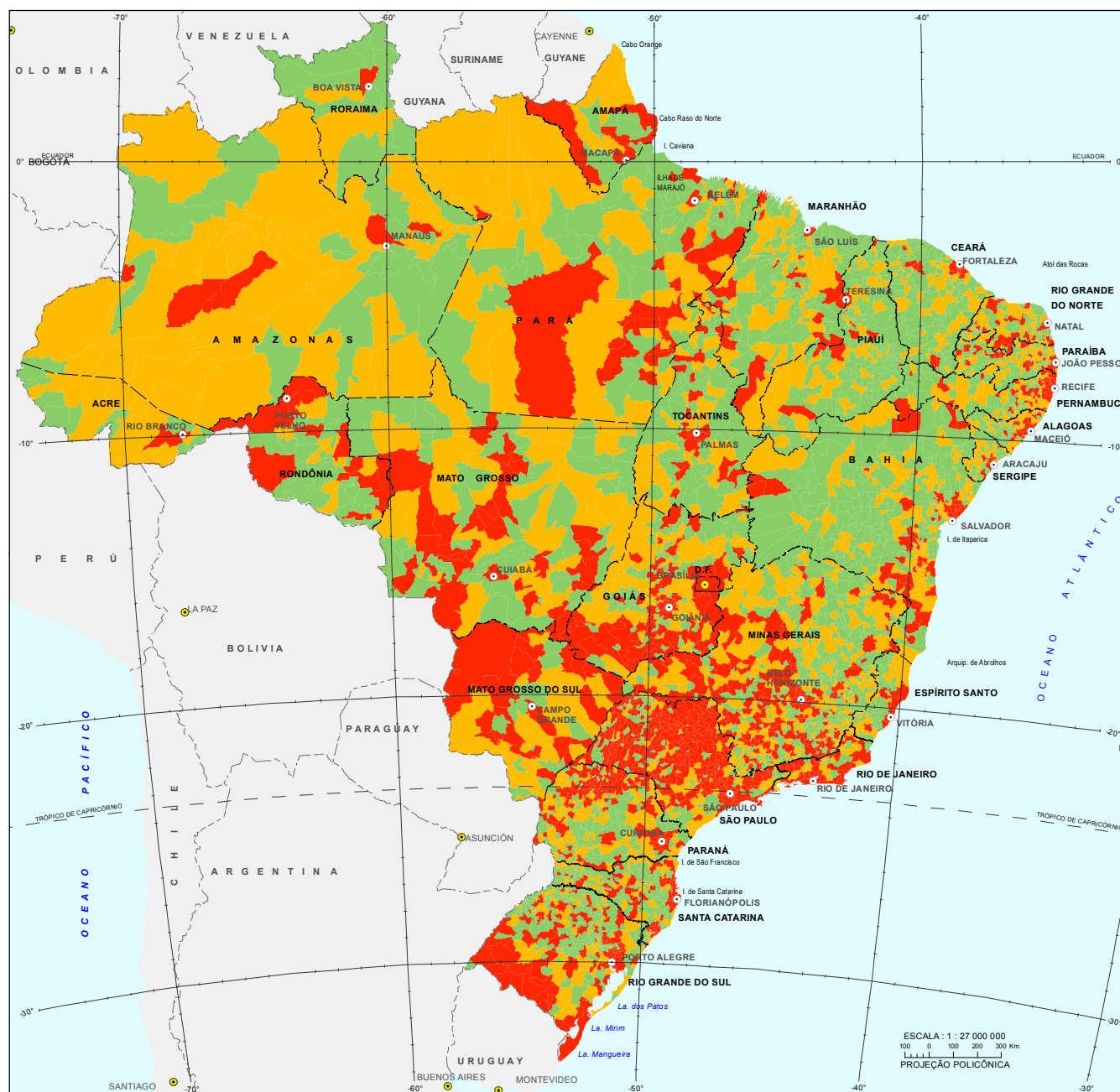
A Tabela 7 apresenta a distribuição de frequência das unidades populacionais de acordo com as classes estabelecidas e o Mapa 2 apresenta a distribuição espacial das mesmas.

Tabela 7 - Grau de urbanização das unidades populacionais, segundo Grande Região, população total e população em áreas de ocupação densa - 2010

Grau de urbanização das unidades populacionais	Municípios, população em áreas densas e população total (quantidade e percentual)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Unidades populacionais com alto grau de urbanização	Número de municípios	1 587	73	285	749	326	154
	Municípios em relação a Grande Região %	28,52	16,26	15,89	44,90	27,44	33,05
	População nas áreas de ocupação densas	125 224 872	7 623 237	24 612 783	65 044 556	17 664 880	10 279 416
	População nas áreas de ocupação densas em relação a Grande Região %	83,91	68,51	68,51	93,33	84,71	88,34
	População total, segundo o Censo 2010	137 436 967	8 401 850	27 556 604	70 313 582	19 896 140	11 268 791
	População total, segundo o Censo 2010 %	72,05	52,96	51,92	87,49	72,65	80,16
Unidades populacionais com moderado grau de urbanização	Número de municípios	1.450	140	551	369	256	134
	Municípios em relação a Grande Região %	26,06	31,18	30,71	22,12	21,55	28,76
	População nas áreas de ocupação densas	17 437 542	2 462 900	7 314 268	3 803 262	2 667 208	1 189 904
	População nas áreas de ocupação densas em relação a Grande Região %	11,68	22,13	20,36	5,46	12,79	10,23
	População total, segundo o Censo 2010	28 400 291	4 080 798	12 171 448	6 078 295	4 206 739	1 863 011
	População total, segundo o Censo 2010 %	14,89	25,72	22,93	7,56	15,36	13,25
Unidades populacionais com baixo grau de urbanização	Número de municípios	2 528	236	958	550	606	178
	Municípios em relação a Grande Região %	45,43	52,56	53,40	32,97	51,01	38,20
	População nas áreas de ocupação densas	6 577 004	1 040 815	4 000 867	848 837	520 190	166 295
	População nas áreas de ocupação densas em relação a Grande Região %	4,41	9,35	11,14	1,22	2,49	1,43
	População total, segundo o Censo 2010	24 910 473	3 381 806	13 345 830	3 972 533	3 284 012	926 292
	População total, segundo o Censo 2010 %	13,06	21,32	25,15	4,94	11,99	6,59
Total - Brasil	Total de municípios	5 565	449	1 794	1 668	1 188	466
	População nas áreas de ocupação densas	149 239 418	11 126 952	35 927 918	69 696 655	20 852 278	11 635 615
	População total, segundo o Censo 2010	190 747 731	15 864 454	53 073 882	80 364 410	27 386 891	14 058 094

Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. Censo demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm. Acesso em: jun. 2017. 3. Grade estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: ftp://geofp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/grade_estatistica/censo_2010/grade_estatistica.pdf. Acesso em: jun. 2017.

Mapa 2 - Classificação das unidades populacionais segundo o grau de urbanização



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia; Coordenação de Cartografia; e Censo Demográfico 2010.

Localização

A escolha desta variável se deu com o intuito de diferenciar os municípios em sua relação com centros urbanos de maior porte já que a maneira como os municípios se ligam a centros urbanos com maior complexidade de oferta de bens e serviços é um importante meio de qualificação das áreas não urbanas.

O importante aqui é destacar a tentativa de traduzir entre os municípios diferenciação das oportunidades a partir do acesso à economias maiores – centros de informação, comunicação, comércio e finanças – que se caracterizam como lugares centrais por onde as menores economias conectam-se aos mercados nacionais e internacionais.

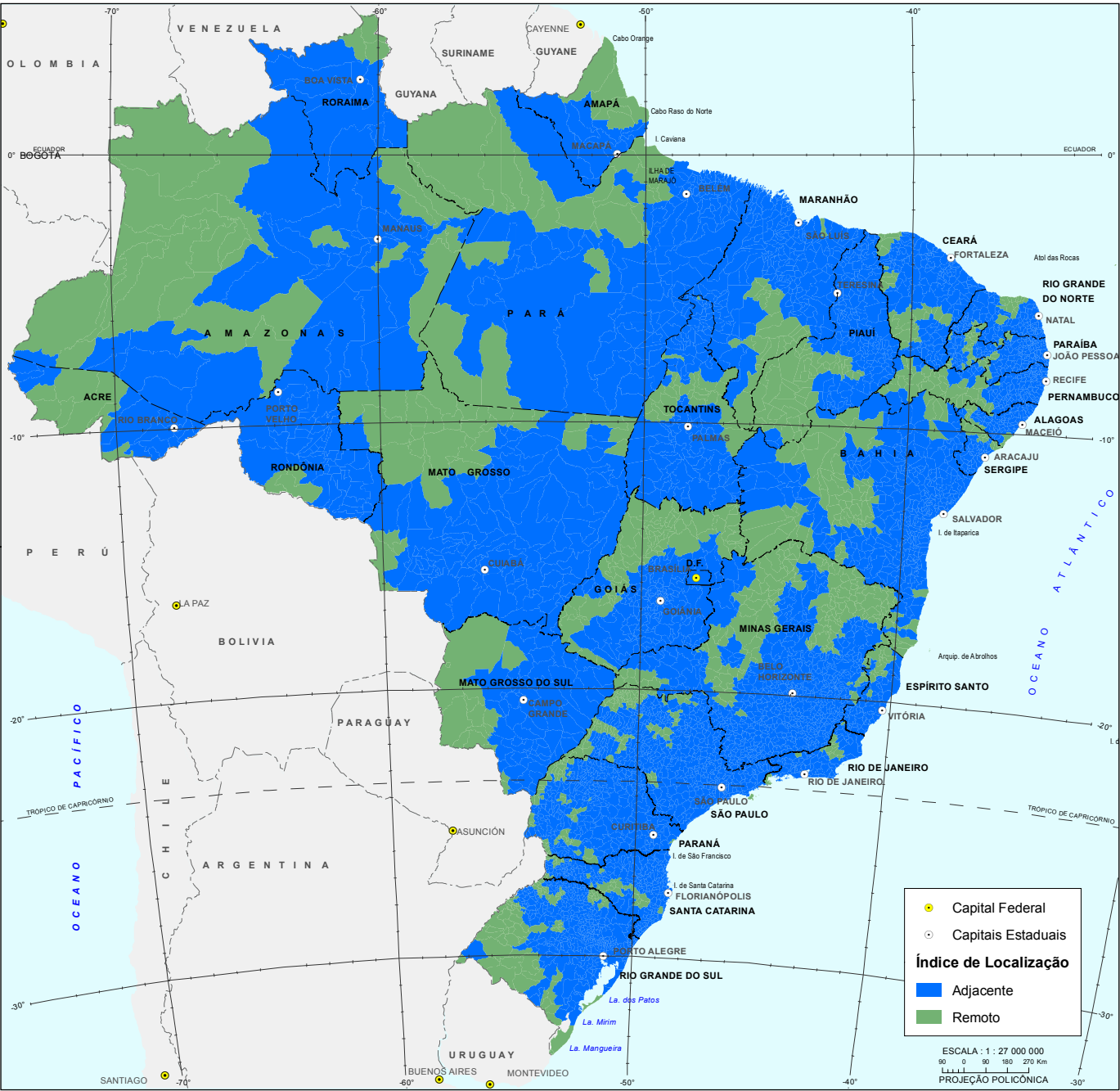
A partir do uso dos dados do Mapa *Logística de transportes* (2014), as sedes municipais foram vinculadas às rodovias e/ou hidrovias mais próximas. E a partir desta malha foram calculadas o tempo de deslocamento, em minutos, para as três maiores hierarquias do projeto Regiões de Influência das Cidades - REGIC²¹ (REGIÕES..., 2007) mais próximas (metrópole, capital regional, centro sub-regional). Vale, aqui, a ressalva que foram definidos valores médios de velocidade em função das condições de transportes: em uma estrada pavimentada de duas faixas foram consideradas velocidades maiores do que uma estrada de mão dupla não asfaltada que, por sua vez, teria uma velocidade média acima de uma hidrovia.

Com esses dados individualizados para cada município, foram geradas as médias nacionais e estaduais para cada um dos três centros REGIC mais próximos. Cabe ressaltar que, quando um município já é um dos três maiores centros de influência, sua hierarquia acaba por anular seu isolamento em relação a outros centros REGIC. Por exemplo, para um centro sub-regional, não foi levado em consideração as suas distancias para a metrópole e capital regional mais próxima.

Dessa forma, os municípios que estão a uma distância relativa acima da média nacional, simultaneamente, em relação a maiores hierarquias do REGIC mais próximas (metrópole, capital regional, centro sub-regional) foram classificados como remotos. Já os municípios cuja distancia for igual ou inferior à média nacional em relação a pelo menos um dos centros REGIC considerados foram classificados como adjacentes. Cabe reforçar que o mesmo processo de normalização foi realizado considerando como referência as médias estaduais a fim de se obter diferentes escalas de análise do índice de localização dos municípios brasileiros (Mapas 3 e 4).

²¹ O REGIC atualiza o quadro de referência da rede urbana brasileira estabelecendo a classificação dos centros hierarquicamente a partir da intensidade das ligações entre os municípios.

Mapa 3 - Municípios adjacentes e remotos segundo a média estadual



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia; Coordenação de Cartografia; e Censo Demográfico 2010.

Mapa 4 - Municípios adjacentes e remotos segundo a média nacional



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia; Coordenação de Cartografia; e Censo Demográfico 2010.

Como é possível observar no Mapa 4, boa parte dos municípios da Região Norte se mostram relativamente distantes dos centros urbanos relevantes mais próximos. É importante ressaltar que a presente abordagem se refere à sede municipal. Sendo assim, algum povoado pode se mostrar mais adjacente a um centro REGIC, mas este não foi levantado no estudo.

Por questões de adequação metodológica e da escala de análise dos critérios adotados ao longo da proposta da tipologia o critério do isolamento incorporado na classificação foi baseado nas médias nacionais (Mapa 4). A Tabela 8 apresenta a distribuição de frequência dos municípios de acordo com o índice de isolamento baseado nas médias nacionais.

Tabela 8 - Índice de isolamento dos municípios, segundo as Grandes Regiões e a população - 2010

Índice de isolamento	Municípios e população total (quantidade e percentual)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Adjacente	Número de municípios	5126	277	1683	1637	1180	349
	Municípios em relação a Grande Região %	92,11	61,69	93,81	98,14	99,33	74,89
	População total, segundo o Censo 2010	183 820 219	12 610 201	51 780 322	79 982 805	27 099 304	12 347 587
	População total, segundo o Censo 2010 %	96,37	79,49	97,56	99,53	98,95	87,83
Remoto	Número de municípios	439	172	111	31	8	117
	Municípios em relação a Grande Região %	7,89	38,31	6,19	1,86	0,67	25,11
	População total, segundo o Censo 2010	6 927 512	3 254 253	1 293 560	381 605	287 587	1 710 507
	População total, segundo o Censo 2010 %	3,63	20,51	2,44	0,47	1,05	12,17
Total -Brasil	Total de municípios	5.565	449	1.794	1.668	1.188	466
	População total, segundo o Censo 2010	190 747 731	15 864 454	53 073 882	80 364 410	27 386 891	14 058 094

Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. Censo demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm>. Acesso em: jun. 2017. 3. Grade estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/grade_estatistica/censo_2010/grade_estatistica.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

Em relação à localização, vemos que 96,1% dos municípios foram classificados como adjacentes. Com relação às Grandes Regiões, observamos a Região Norte com 79,5% da população em municípios classificados como adjacente, seguido pela Região Centro-Oeste com 87,8%. Vale ressaltar que essas duas possuem grande quantidade de municípios classificados como remotos: 38,3% e 25,1% respectivamente.

Cruzamento das variáveis

Para a elaboração da tipologia foram estabelecidas as seguintes premissas:

- Nas unidades populacionais que possuíam mais de 50 000 habitantes em áreas de ocupação densa ou que faziam parte de concentrações urbanas os municípios foram classificados como predominantemente urbanos;
- Nas unidades populacionais com população em áreas de ocupação densa menor que 3 000 habitantes os municípios foram classificados como predominantemente rurais.

Após definir os critérios iniciais foi elaborada uma matriz conceitual (Quadro 4) baseada na análise da inter-relação entre a classificação obtida segundo a população total em áreas de ocupação densa e o percentual da população em áreas de ocupação densa das unidades populacionais.

Quadro 4 - Matriz conceitual para a tipologia municipal rural-urbana

Faixas de população total em áreas de ocupação densa	Distribuição percentual da população em áreas de ocupação densa			
	Maior que 75%	50 a 75%	25 e 50%	Menor que 25%
Unidades Populacionais com mais de 50 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano			
Unidades populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano	Predominantemente urbano	Intermediário	Predominantemente rural
Unidades populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano	Intermediário	Predominantemente rural	Predominantemente rural
Unidades populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa	Intermediário	Predominantemente rural	Predominantemente rural	Predominantemente rural
Unidades populacionais com menos de 3 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente rural			

Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. Censo demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm>. Acesso em: jun. 2017. 3. Grade estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/grade_estatistica/censo_2010/grade_estatistica.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

Diante disso, foi possível definir a tipologia rural urbano dos municípios cujas respectivas classes são:

a) Município predominantemente urbano:

- municípios em Unidades Populacionais com mais de 50 000 habitantes em área de ocupação densa;

- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 50%; e
- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%.

b) Município intermediário:

- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 25 e 50%;
- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 50 e 75%; e
- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%.

c) Município predominantemente rural:

- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 25%;
- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 50%; e
- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 75%.

Em seguida foi realizado outro cruzamento que contemplou, além das dimensões já analisadas, a dimensão da localização de forma que se possibilite distinguir, dentre os municípios classificados como intermediários e rurais, aqueles adjacentes a centros urbanos de maior hierarquia daqueles que se encontram remotos. A Tabela 9 apresenta a distribuição de frequência dos municípios de acordo com a tipologia municipal urbano-rural proposta.

Tabela 9 - Classificação dos municípios de acordo com a tipologia rural-urbana, segundo Grande Região e população - 2010

Tipologia rural urbana	Municípios e população total (quantidade e percentual)	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Urbano	Número de municípios	1.456	85	307	625	312	127
	Municípios em relação a Grande Região %	26,16	18,93	17,11	37,47	26,26	27,25
	População total, segundo o Censo 2010	144 765 500	10 522 570	31 472 716	70 641 832	20 916 325	11 212 057
	População total, segundo o Censo 2010 %	75,89	66,33	59,30	87,90	76,37	79,76
Intermediário Adjacente	Número de municípios	686	39	244	247	108	48
	Municípios em relação a Grande Região %	12,33	8,69	13,60	14,81	9,09	10,30
	População total, segundo o Censo 2010	12 461 908	784 746	5 822 054	3 434 832	1 684 994	735 282
	População total, segundo o Censo 2010 %	6,53	4,95	10,97	4,27	6,15	5,23
Intermediário Remoto	Número de municípios	60	33	7	3	1	16
	Municípios em relação a Grande Região %	1,08	7,35	0,39	0,18	0,08	3,43
	População total, segundo o Censo 2010	1 305 906	791 645	133 152	50 821	5 917	324 371
	População total, segundo o Censo 2010 %	0,68	4,99	0,25	0,06	0,02	2,31
Rural Adjacente	Número de municípios	3.040	171	1.134	769	765	201
	Municípios em relação a Grande Região %	54,63	38,08	63,21	46,10	64,39	43,13
	População total, segundo o Censo 2010	28 689 820	2 093 740	14 573 418	6 022 152	4 771 683	1 228 827
	População total, segundo o Censo 2010 %	15,04	13,20	27,46	7,49	17,42	8,74
Rural Remoto	Número de municípios	323	121	102	24	2	74
	Municípios em relação a Grande Região %	5,80	26,95	5,69	1,44	0,17	15,88
	População total, segundo o Censo 2010	3 524 597	1 671 753	1 072 542	214 773	7 972	557 557
	População total, segundo o Censo 2010 %	1,85	10,54	2,02	0,27	0,03	3,97
Total - Brasil	Total de municípios	5 565	449	1 794	1 668	1 188	466
	População total	190 747 731	15 864 454	53 073 882	80 364 410	27 386 891	14 058 094

Fontes: 1. IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2. Censo demográfico 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm>. Acesso em: jun. 2017. 3. Grade estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/grade_estatistica/censo_2010/grade_estatistica.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

Na tipologia proposta neste estudo, vemos que 76,0% da população brasileira se encontra em municípios considerados predominantemente urbanos, correspondendo somente a 26,0% do total de municípios. A maior parte dos municípios brasileiros, foram classificados como predominantemente rurais (60,4%), sendo 54,6% como rurais adjacentes e 5,8% como rurais remotos.

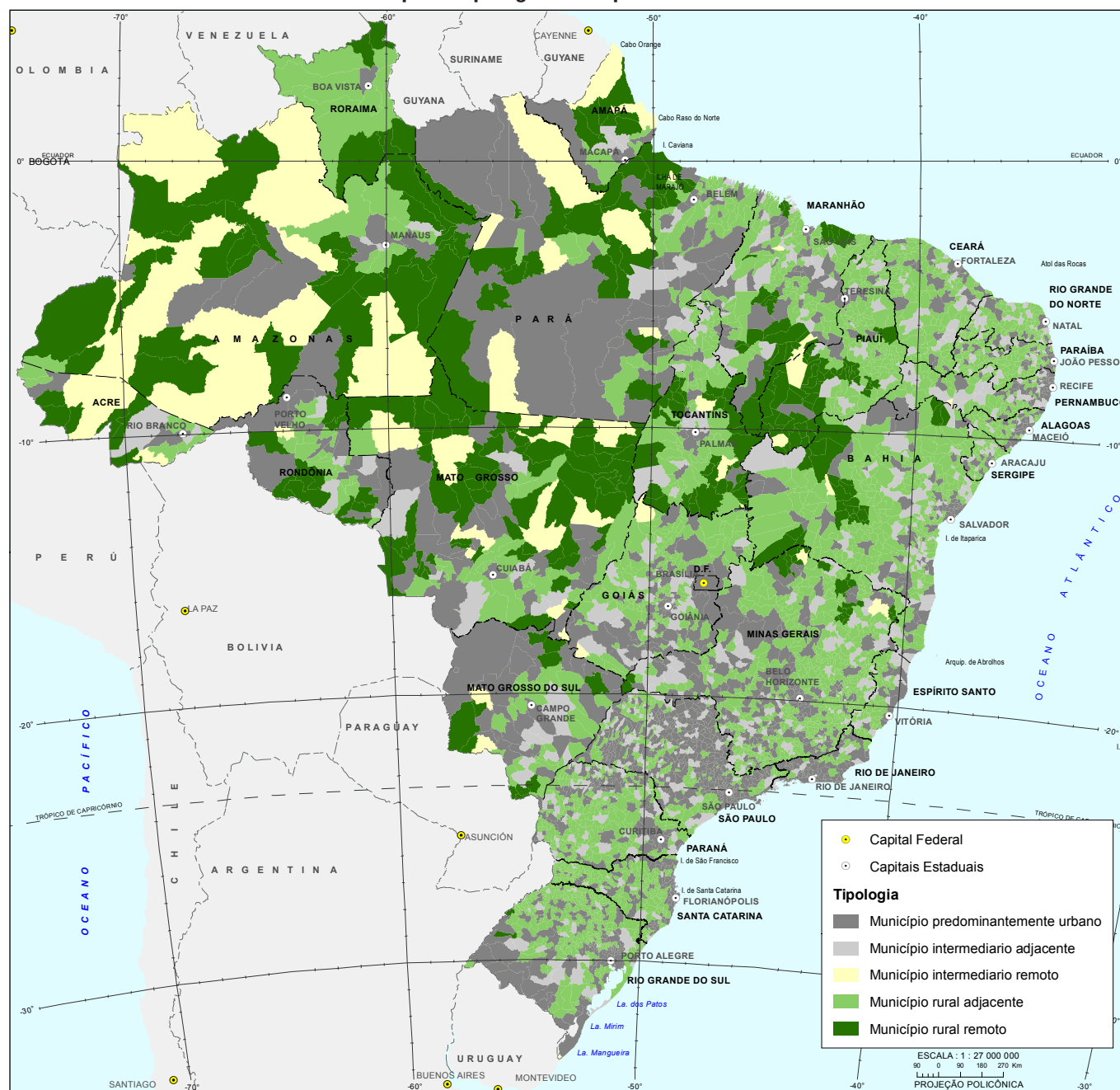
Na análise das Grandes Regiões podemos identificar algumas características que se fazem notáveis. Na Região Norte, parcela significativa da população da (10,5%) vive em municípios classificados como rurais remotos, correspondendo a 26,9% dos municípios. O isolamento dos municípios desta grande região se mostra evidente, também, quando se observa que a quantidade de municípios intermediários adjacentes e remotos são equivalentes, sendo que população destes últimos é maior.

Na Região Nordeste, observou-se que quase 1/3 de sua população vive em municípios rurais e possui a menor porcentagem de população em municípios urbanos em relação às outras Grandes Regiões (59,0%).

O Sudeste, como a região mais dinâmica economicamente, mostrou as maiores porcentagens de número de municípios e população vivendo em municípios urbanos (87%). Por outro lado, mostrou as menores porcentagens de habitantes em municípios classificados como rurais. Já a Região Sul tem, em relação ao isolamento, os menores valores relativos para os municípios classificados como intermediários remotos e rurais remotos, esses dois com menos de 0,5% dentre as cinco Grandes Regiões, mostrando a grande proximidade física entre as sedes municipais.

O Centro-Oeste se mostrou uma região de grandes contrastes: consegue ser, ao mesmo tempo, a região com a segunda maior população em municípios urbanos (79,8%) e em municípios remotos, intermediários e rurais (2,3% e 4,0%, respectivamente) quando se compara com o restante do País. O que mostra que as cinco Grandes Regiões ainda detêm suas particularidades.

Mapa 5 - Tipologia municipal rural-urbano



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia; Coordenação de Cartografia; e Censo Demográfico 2010.

Observando a distribuição espacial das classes da tipologia no território brasileiro (Mapa 5), independente da divisão político administrativa, chama atenção a concentração de municípios urbanos ocupando grande parte dos Estados de São Paulo (eixo da baixada santista-São Paulo-Campinas-Ribeirão Preto até a divisa com o Estado de Minas Gerais, e também no Vale do Paraíba) e do Estado do Rio de Janeiro (Médio Vale do Paraíba, e no litoral, da região metropolitana, ao norte do Estado), no eixo ligando Rio de Janeiro a Brasília e ao longo do litoral do Nordeste, de Aracaju a Natal.

Os municípios de grande extensão territorial classificados como predominantemente urbanos - muito presentes na campanha gaúcha, no Pantanal (Corumbá/MS e Cáceres/MT), na região amazônica, ao longo dos rios Amazonas (Oriximiná/PA, Óbidos/PA, Alenquer/PA, Coari/AM e Tefé/AM) e Xingu (Altamira e São Félix do Xingu) – devem ser avaliados com cautela pois apesar de apresentarem forte concentração da população na área urbanizada maior parte do território desses municípios não possui características urbanas.

Em relação à localização, destaca-se a maior concentração de municípios remotos na região amazônica. Há também uma significativa concentração de municípios classificados como remotos na divisa entre os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e oeste da Bahia (na região do MATOPIBA que é considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade).

Tanto os municípios classificados como intermediários, como os rurais se mostram distribuídos de forma relativamente homogênea no território nacional, atestando sua complexidade em um país de dimensões continentais. Com alguns estados apresentando mais municípios intermediários do que rurais e outros constando características municipais predominantemente rurais, mas sua maioria estas municípios estão próximos de grandes centros urbanos, como: a área rural do oeste catarinense, polarizada por Chapecó; Montes Claros, no norte de Minas Gerais; Barreiras/BA, polarizando a fronteira agrícola do oeste baiano; as cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, no sub-médio Vale do São Francisco; Campina Grande/PB, no agreste paraibano; Boa Vista/RR, onde todo o território foi classificado como rural.

O processo de elaboração e análise dos resultados da tipologia proposta no presente estudo, além de tornar evidente a amplitude e complexidade na definição de uma tipologia rural urbano na escala municipal, abre caminho para a reflexão e produção futura no sentido do desenvolvimento de conceitos, métodos e técnicas operacionais voltadas a uma abordagem morfológica mais detalhada e que reflita as especificidades regionais brasileiras, especialmente considerando suas dimensões continentais.

Finalmente, cabe observar que a elaboração pelo IBGE, em 2017, de uma nova tipologia do espaço rural e urbano no Brasil, em consonância com metodologias e critérios observados em outros países, visando a uma comparação mais refinada entre a estrutura territorial entre eles, ocorre justamente 80 anos após a criação do Conselho Brasileiro de Geografia, em 1937²², cuja origem remete justamente à necessidade de elaboração não só de uma carta do mundo em escala ao milionésimo, como à necessidade de se promover estudos sistematizados sobre o povoamento e a divisão territorial dos países.

²² A criação do Conselho Brasileiro de Geografia - CBG pelo Decreto n. 1.527, de 24.03.1937, enquanto parte do Instituto Nacional de Estatística - INE, está ligada à necessidade de adesão do Brasil à União Geográfica Internacional - UGI, adesão essa que foi articulada na ocasião pelo Itamaraty e que resultaria na criação do IBGE.

Referências

ABRAMOVAY, R. (Org.). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2003. 149 p. (Estudos rurais).

ALMEIDA, R. S. Repensando a questão do habitat no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n. 4, p.105-118, out./dez. 1995. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=7115&view=detalhes>>. Acesso em: jun. 2017.

ARAGÃO, A. S. *Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico*. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. 509 p.

ARRANJOS populacionais e concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 167 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/geografia_urbana/arranjos_populacionais/default.shtm>. Acesso em: jun. 2017.

AZEVEDO, A. de. *Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1956. 93 p. (Boletim, n. 208; Geografia, n. 11).

BERNARDELLI, M. L. F. H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33-52. (Geografia em movimento).

BERNARDES, L. M. C. Problemas da utilização da terra nos arredores de Curitiba. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, n. 2, p. 271-276, abr./jun. 1956. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=7115&view=detalhes>>. Acesso em: jun. 2017.

BERNARDES, N. O problema do estudo do habitat rural no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 22, n. 176, p. 529-544, set./out. 1963. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>>. Acesso em: jun. 2017.

BIBBY, P.; BRINDLEY, P. *Urban and rural area definitions for policy purposes in England and Wales: methodology*. Version 1.0. London: Government Statistical Service - GSS, 2013. 36 p. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/239477/RUC11methodologypaperaug_28_Aug.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

BRASIL. Decreto n. 1.527, de 24 de março de 1937. Institue o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional e dá outras providências. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 76, n. 73, 1 abr. 1937. Seção 1, p. 7187-7188. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1527-24-marco-1937-449842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jun. 2017.

_____. Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, n. 2, p. 147-148, abr. 1939. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: jun. 2017.

_____. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, estados e municípios. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Brasília, DF, ano 104, n. 244, 27 out. 1966. Seção 1, p. 12451-12460. Retificado no Diário, 31 out. 1966. Seção 1, p. 12567. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm>. Acesso em: jun. 2017.

_____. Lei Complementar n. 1, de 9 de novembro de 1967. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República do Brasil*, Brasília, DF, ano 105, n. 214, 10 nov. 1967. Seção 1, p. 11391. Retificado no Diário, 20 nov. 1967. Seção 1, p. 11647. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp01.htm>. Acesso em: jun. 2017.

BREZZI, M.; DIJKSTRA, L.; RUIZ, V. *OECD extended regional typology: the economic performance of remote rural regions*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2011. (OECD regional development working papers, 2011/6). 21 p. Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/governance/oecd-extended-regional-typology_5kg6z83tw7f4-en>. Acesso em: jun. 2017.

CASTREE, N.; KITCHIN, R.; ROGERS, A. *A dictionary of human geography*. 1st ed. Oxford: Oxford University Press, c2013. 581 p.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. 270 p. Acompanha um CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm>. Acesso em: jun. 2017.

CENSO nacional de población, hogares y viviendas 2010. Población urbana y rural por provincia. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - Indec, [2010]. Disponível em: <http://www.indec.gob.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&id_tema_2=18&id_tema_3=77>. Acesso em: jun. 2017.

COLLECTION district (CD). In: CENSUS dictionary, 2006 (reissue). Canberra: Australian Bureau Of Statistics - ABS, 2011. Glossary. Disponível em: <<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/bb8db737e2af84b8ca2571780015701e/413876f3bae9cc70ca25720a000c428b!OpenDocument>>. Acesso em: jun. 2017.

CONCEPÇÕES da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2013. 473 p. (Desenvolvimento rural sustentável, v. 21). Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

DAVOUDI, S.; STEAD, D. Urban-rural relationships: an introduction and a brief history. *Built Environment*, Marcham: Alexandrine Press, v. 28, n. 4, p. 268-277, Jan. 2002.

DERRUAU, M. *Tratado de geografia humana*. 5. ed. Barcelona: Vicens-Vives, 1970. 681 p.

DIJKSTRA, L.; POELMAN, H. *Remote rural regions: how proximity to a city influences the performance of rural regions*. Brussels: European Union, Regional Policy, 2008. 7 p. (Regional focus, n. 1). Disponível em: <http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/focus/2008_01_rural.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11-31. (Geografia em movimento).

FERRANTI, D. de et al. *Beyond the city: the rural contribution to development*. Washington, DC: The World bank, 2005. (World Bank Latin American and Caribbean studies). Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/609521468266953308/pdf/32333.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

FIGUEIREDO, A. H. de. Proposta de atualização da legislação sobre zoneamento ecológico-econômico. In: CADERNO de referência: subsídios ao debate. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006. p. 35-50. Publicação produzida no âmbito do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico. Subprograma de Políticas de Recursos Naturais.

Disponível em: <http://www.pt-pr.org.br/pt_pag/Governo%20Lula/Meio%20Ambiente/Zoneamento%20Ambiental.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

FREDRICH, O. M. B. L.; BRITO, S. R. de; ROCHA, S. Conceituação e operacionalização da categoria de aglomerados rurais como situação de domicílio para fins censitários. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n. 173-174, p. 199-225, jan./jun. 1983. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7760>>. Acesso em: jun. 2017.

GEIGER, P. P. Ensaio sobre a Baixada Fluminense. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 110, p. 571-579, set./out. 1952. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=719>>. Acesso em: jun. 2017.

GRADE estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 28 p. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/recortes_para_fins_estatisticos/grade_estatistica/censo_2010/grade_estatistica.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

GRUPO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS. Estudos para a geografia da indústria no Brasil sudeste. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, n. 2, p. 155-271, abr./jun. 1963. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: jun. 2017.

GUIDE to applying the rural urban classification to data. London: Department for Environment Food and Rural Affairs, 2016. 8 p. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/539241/Guide_to_applying_the_rural_urban_classification_to_data.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

KAYSER, B. El espacio rural y el nuevo sistema de relaciones ciudad-campo. *Revista de Geografía*, Barcelona: Universitat de Barcelona, Departamento de Geografia, v. 6, n. 2, p. 209-216, jul./dez. 1972. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45864>>. Acesso em: jun. 2017.

KELLER, E. C. de S. O “habitat” rural. In: AZEVEDO, A. de (Org.). *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1970. v. 2, p. 291-345. (Brasiliense. Formato especial, v. 1).

LIMA, M. H. P. *Cidade-campo, urbano-rural: uma contribuição ao debate a partir de pequenas cidades em Minas Gerais*. 2007. 271 p. Tese (Doutorado)-Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/710211.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

_____. A delimitação legal dos espaços urbanos. In: FIGUEIREDO, A. H. de (Org.). *Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 75-100. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/visao_geografica.shtm?c=14>. Acesso em: jun. 2017.

LOGÍSTICA dos transportes 2014. Rio de Janeiro. IBGE, 2014. 1 mapa. Escala 1:5 000 000; proj. policônica. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/redes_e_fluxos_geograficos/logistica_dos_transportes/mapa_LogTransportes_5mi.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

LOPES, T. C. Em busca da sociedade civil: reforma agrária, organização de comunidades e democracia nas sociologias de T. Lynn Smith e José Arthur Rios (1940-1950). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ABCP, 2016. 19 p. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/busca-sociedade-civil-reforma-agraria-organizacao.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

MANUAL da base territorial 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 157 p.

NIMER, E.; BINSZTOK, J. Castelo e suas relações com o meio rural: área de colonização italiana. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, n. 4, p. 44-77, 1967. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: jun. 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD regional typology*. Paris: OECD, 2011. 16 p. Disponível em: <http://www.oecd.org/gov/regional-policy/OECD_regional_typology_Nov2012.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

_____. *Territorial grids of OECD member countries*. Paris: OECD, [2006?]. 56 p. Disponível em: <<http://www.oecd.org/gov/regional-policy/43428422.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

PAHL, R. E. The rural-urban continuum. *Sociologia Ruralis*, Wageningen: European Society for Rural Sociology - ESRS, v. 6, n. 3, p. 229-329, Dec. 1966.

PINK, B. Main structure and greater capital city statistical areas. In: _____. *Australian statistical geography standard (ASGS)*. Canberra: Australian Bureau of Statistics - ABS, 2011a. v. 1. Disponível em: <[http://www.ausstats.abs.gov.au/ausstats/subscriber.nsf/0/D3DC26F35A8AF579CA257801000DCD7D/\\$File/1270055001_july%202011.pdf](http://www.ausstats.abs.gov.au/ausstats/subscriber.nsf/0/D3DC26F35A8AF579CA257801000DCD7D/$File/1270055001_july%202011.pdf)>. Acesso em: jun. 2017.

_____. Significant urban areas, urban centres and localities, section of state. In: _____. *Australian statistical geography standard (ASGS)*. Canberra: Australian Bureau of Statistics, 2011b. v. 4. Disponível em: <[http://www.ausstats.abs.gov.au/Ausstats/subscriber.nsf/0/1080B7CB374FC771CA257A980013D404/\\$File/1270055004_july%202011.pdf](http://www.ausstats.abs.gov.au/Ausstats/subscriber.nsf/0/1080B7CB374FC771CA257A980013D404/$File/1270055004_july%202011.pdf)>. Acesso em: jun. 2017.

POPULATION density and urbanization. New York: United Nations Statistics Division - UNSD, [2017?]. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/densurb/densurbmethods.htm>>. Acesso em: jun. 2017.

QUEIROZ, M. I. P. de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: Livros Técnico Científicos, 1978. 314 p. (Coleção LTC de estudos brasileiros).

RATCLIFFE, M. et al. *Defining rural at the U.S. Census Bureau: american community survey and geography brief*. Washington, DC: U.S. Census Bureau, 2016. 8 p. Disponível em: <<https://www.census.gov/content/dam/Census/library/publications/2016/acs/acsgeo-1.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

REGIÕES de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: jun. 2017.

REVIEW of the statistical classification and delineation of settlements. Belfast: Northern Ireland Statistics and Research Agency - Nisra, 2015. 23 p. Disponível em: <<https://www.nisra.gov.uk/sites/nisra.gov.uk/files/publications/review-of-the-statistical-classification-and-delineation-of-settlements-march-2015.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 187-204. (Geografia em movimento).

RURAL, regional and remote health: a guide to remoteness classifications. Canberra: Australian Institute of Health and Welfare - AIHW, 2004. 77 p. (Rural health series, n. 4). Disponível: <<http://www.aihw.gov.au/WorkArea/DownloadAsset.aspx?id=6442459567>>. Acesso em: jun. 2017.

SCOTLAND. Rural and Environment Science and Analytical Services. *Scottish government urban/rural classification 2013-2014*. Edinburgh, 2014. 32 p. Disponível em: <<http://www.gov.scot/Resource/0046/00464780.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed., 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2007. 204 p. (Coleção Milton Santos, 3).

SOUZA, M. L. de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 190 p.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 111-130. (Geografia em movimento).

STATISTICAL OFFICE OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. *Regions in the European Union: nomenclature of territorial units for statistics - NUTS 2010/EU-27*. Luxembourg: Eurostat, 2011. 143 p. (Eurostat methodologies & working papers). Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/5916917/KS-RA-11-011-EN.PDF>>. Acesso em: jun. 2017.

_____. A revised urban-rural typology. In: _____. *Eurostat regional yearbook 2010*. Luxembourg: Eurostat, 2010. cap. 15, p. 240-264. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/5727301/KS-HA-10-001-EN.PDF/1ba3cf6a-5e25-44c1-99f9-fada17625212>>. Acesso em: jun. 2017.

_____. *Urban-rural typology*. Luxembourg: Eurostat, [2017?]. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Urban-rural_typology>. Acesso em: jun. 2017.

UNITED STATES. Bureau of the Census. *2010 Census urban and rural classification and urban area criteria*. Washington, DC, [2010?]. Disponível em: <<https://www.census.gov/geo/reference/ua/urban-rural-2010.html>>. Acesso em: jun. 2017.

VEIGA, J. E. da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Tradução Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 439 p.

Anexo

Bibliografia sobre o tema habitat rural

Este Anexo apresenta um conjunto de artigos publicados no *Boletim Geográfico*, na *Revista Brasileira de Geografia - RBG* e um artigo publicado na *Revista Brasileira de Estatística - RBE*, entre 1939 e 1992, que constam da bibliografia selecionada e analisada pelo geógrafo Roberto Schmidt de Almeida no artigo intitulado *Repensando a questão do habitat rural no Brasil*, no volume 57, número 4 da RBG de 1995.

Bibliografia sobre o tema habitat rural

(continua)

Periódico	Ano	Volume	Número	Páginas	Seção	Título	Autor	Endereço
RBG	1939	1	4	70-84	Artigo	O problema da colonização permanente no sul do Brasil	JAMES, Preston E.	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n4.pdf
B. Geog.	1948	6	68	1045-1065	Transcrição	A colonização alemã no Espírito Santo	WAGEMANN, Ernst	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1948_v6_n69_dez.pdf
RBG	1949	11	2	159-222	Artigo	Princípios da colonização europeia no sul do Brasil	WAIBEL, Leo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1949_v11_n2.pdf
RBG	1949	11	1	93-110	Artigo	A colônia alemã de Uvã	FAISSOL, Speridião	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1949_v11_n1.pdf
RBG	1949	11	1	119-122	Comentário	A bacia de São Francisco: um sertão brasileiro	JAMES, Preston E.	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1949_v11_n1.pdf
B. Geog.	1949	6	70	1172-1197	Transcrição	A colonização alemã no Espírito Santo	WAGEMANN, Ernst	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v6_n70_jan.pdf
RBG	1950	12	3	353-370	Artigo	A fazenda Miranda em Mato Grosso	JONES, Clarence F.	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1950_v12_n3.pdf
RBG	1950	12	3	383-392	Artigo	A colonização do município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul	BERNARDES, Nilo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1950_v12_n3.pdf
RBG	1951	13	4	545-576	Artigo	Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do Núcleo Colonial Seringal Empresa (Território do Acre)	GUERRA, Antônio Teixeira	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1951_v13_n4.pdf
RBG	1951	13	2	285-292	Comentário	A Fazenda Boa Esperança	FAISSOL, Speridião	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1951_v13_n2.pdf
RBG	1952	14	4	427-456	Artigo	Expansão do povoamento no estado do Paraná	BERNARDES, Nilo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1952_v14_n4.pdf
RBG	1952	14	3	363-367	Comentário	O que é colonização?	FAISSOL, Speridião	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1952_v14_n3.pdf

Bibliografia sobre o tema habitat rural

(continuação)

Periódico	Ano	Volume	Número	Páginas	Seção	Título	Autor	Endereço
B. Geog.	1952	10	111	679-688	Contribuição à ciência geográfica	Aspectos gerais da cultura do fumo na região do Recôncavo da Bahia	EGLER, Walter Alberto	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1952_v10_n111_nov_dez.pdf
B. Geog.	1952	10	111	691-711	Contribuição à ciência geográfica	Alguns aspectos do problema da colonização no Brasil	FAISSOL, Speridião	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1952_v10_n111_nov_dez.pdf
B. Geog.	1952	10	110	571-579	Contribuição à ciência geográfica	Ensaio sobre a Baixada Fluminense	GEIGER, Pedro Pinchas	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1952_v10_n110_set_out.pdf
B. Geog.	1952	10	109	451-452	Contribuição à ciência geográfica	O núcleo colonial de Barão de Antonina (São Paulo)	FAISSOL, Speridião	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1952_v10_n109_jul_ago.pdf
B. Geog.	1952	10	106	89-102	Contribuição à ciência geográfica	A colonização européia no Sul do Brasil	BERNARDES, Nilo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1952_v10_n106_jan_fev.pdf
RBG	1953	15	3	335-384	Artigo	O problema das "frentes pioneiras" no estado do Paraná	BERNARDES, Lísia Maria C.	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1953_v15_n3.pdf
RBG	1955	17	4	389-422	Artigo	As zonas pioneiras do Brasil	WAIBEL, Leo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1955_v17_n4.pdf
RBG	1955	17	1	49-90	Artigo	O uso da terra no leste da Paraíba	VALVERDE, Orlando	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1955_v17_n1.pdf
B. Geog.	1955	13	125	173-175	Contribuição à ciência geográfica	Notas sobre as habitações rurais do território do Rio Branco	GUERRA, Antônio Teixeira	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1955_v13_n125_mar_abr.pdf
RBG	1956	18	2	271-276	Comentário	Problemas de utilização da terra nos arredores de Curitiba	BERNARDES, Lísia Maria C.	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1956_v18_n2.pdf
RBG	1956	18	1	3-70	Artigo	A região setentrional da Baixada Fluminense	GEIGER, Pedro Pinchas	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1956_v18_n1.pdf
RBG	1957	19	4	381-420	Artigo	Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte	VALVERDE, Orlando	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1957_v19_n4.pdf
RBG	1957	19	3	357-359	Comentário	"Antropogeografia"	VALVERDE, Orlando	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1957_v19_n3.pdf
RBG	1958	20	1	3-82	Artigo	Estudo regional da Zona da Mata, de Minas Gerais	VALVERDE, Orlando	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1958_v20_n1.pdf
RBG	1959	21	3	239-336	Artigo	A região de São Luiz de Paraitinga - Estudo de Geografia Humana	PETRONE, Pasquale	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1959_v21_n3.pdf
RBG	1959	21	3	363-388	Artigo	Notas sobre a ocupação humana da montanha no Distrito Federal	BERNARDES, Nilo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1959_v21_n3.pdf

Bibliografia sobre o tema habitat rural

(continuação)

Periódico	Ano	Volume	Número	Páginas	Seção	Título	Autor	Endereço
B. Geog.	1959	17	150	227-228	Contribuição à ciência geográfica	Pioneiros no Vale do São Francisco	ALMEIDA, José	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1959_v17_n150_maio_jun.pdf
B. Geog.	1960	18	156	353-377	Transcrição	Tipos de uso da terra no nordeste do Brasil	JAMES, Preston E.	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1960_v18_n156_maio_jun.pdf
B. Geog.	1960	18	156	378-394	Transcrição	Alguns aspectos da vida rural nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul	ROCHE, Jean	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1960_v18_n156_maio_jun.pdf
RBG	1961	23	3	455-494	Artigo	Geografia agrária do Baixo Açu	VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Myriam Gomes C.	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1961_v23_n3.pdf
B. Geog.	1961	19	163	460-468	Transcrição	Habitações do Brasil rural	NASH, Roy	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1961_v19_n163_jul_ago.pdf
B. Geog.	1961	19	162	362-365	Resenha e opinião	Velhos engenhos cariocas	COARACY, Vivaldo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1961_v19_n162_maio_jun.pdf
B. Geog.	1961	19	161	145-167	Transcrição	A velha imigração italiana e sua influência na agricultura e na economia do Brasil	VALVERDE, Orlando	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1961_v19_n161_mar_abr.pdf
B. Geog.	1962	20	171	587-620	Transcrição	Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul	BERNARDES, Nilo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1962_v20_n171_nov_dez.pdf
B. Geog.	1962	20	170	474-482	Transcrição	Engenhos de Minas Gerais	COSTA FILHO, Miguel	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1962_v20_n170_set_out.pdf
B. Geog.	1962	20	169	409-414	Resenha e opinião	O povoamento do Piauí pelos criadores de gado: Domingos Afonso Sertão	D'ALMEIDA, Otoníra Gomes	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1962_v20_n169_jul_ago.pdf
RBG	1963	25	4	479-484	Comentário	A colônia Pindorama: uma modificação na paisagem agrária dos tabuleiros alagoanos	CORRÊA, Roberto Lobato	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1963_v25_n4.pdf
B. Geog.	1963	22	176	529-544	Transcrição	O problema do estudo do habitat rural no Brasil	BERNARDES, Nilo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1963_v22_n176_set_out.pdf
B. Geog.	1963	21	172	30-38	Transcrição	A noção de gênero de vida e seu valor atual	SORRE, Max	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1963_v21_n172_jan_fev.pdf
RBG	1964	26	4	549-592	Artigo	O Cariri cearense: o quadro agrário e a vida urbana	BARROS, Haidine da Silva	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1964_v26_n4.pdf
RBG	1967	29	4	44-77	Artigo	Castelo e suas relações com o meio rural – Área de colonização italiana	NIMER, Edmon; BINSZTOK, Jacob	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n4.pdf
RBG	1967	29	2	65-83	Artigo	Condições geográficas da colonização em Alagoas	BERNARDES, Nilo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n2.pdf

Bibliografia sobre o tema habitat rural

(conclusão)

Periódico	Ano	Volume	Número	Páginas	Seção	Título	Autor	Endereço
RBG	1967	29	1	37-81	Artigo	A fazenda de café escravocrata, no Brasil	VALVERDE, Orlando	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n1.pdf
RBG	1968	30	3	55-76	Artigo	A ocupação humana na região Araruama-Cabo Frio (notas de excursão)	SANT'ANNA, Henrique Azevedo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1968_v30_n3.pdf
RBG	1968	30	3	11-38	Artigo	O agreste de esperança: A fronteira Cariri-Agrete de Esperança	PROST, Gerard	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1968_v30_n3.pdf
B. Geog.	1968	27	207	18-32	Transcrição	A vida rural na Campanha Rio-Grandense	PÉBAYLE, Raymond	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1968_v27_n207_nov_dez.pdf
RBG	1970	32	1	87-98	Artigo	O sudoeste paranaense antes da colonização	CORRÊA, Roberto Lobato	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n1.pdf
RBG	1973	35	4	35-112	Artigo	O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação (conclusão)	BECKER, Bertha	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n4.pdf
RBG	1973	35	3	107-132	Artigo	O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação	BECKER, Bertha	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n3.pdf
B. Geog.	1973	32	234	55-79	Artigo	A cerca e o lugarejo: as palavras e as coisas	BONNAUD, Pierre	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1973_v32_n234_maio_jun.pdf
B. Geog.	1975	34	247	63-72	Artigo	Geografia Agrária: objeto e método	MEGALE, Januário Francisco	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1975_v34_n247_out_dez.pdf
RBG	1981	43	4	605-630	Transcrição	Condições de habitação da população de baixa renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	LIMA, Maria Helena Beozzo	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1981_v43_n4.pdf
RBE	1983	44	173/174	199-225	Artigo	Conceituação e operacionalização da categoria de aglomerados rurais como situação de domicílio para fins censitários	FREDRICH, Olga Maria B. L.; BRITO, Sebastiana R. de; ROCHA, Sônia	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/111/rbe_1983_v44_n173_n174.pdf
RBG	1991	53	4	81-114	Artigo	A organização do espaço no baixo Vale do Taperoá: uma ocupação extensiva em mudança	GRABOIS, José; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SILVA, Mauro José	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1991_v53_n4.pdf
RBG	1991	53	2	33-62	Artigo	O Brejo de Natuba - estudo da organização de um espaço periférico	GRABOIS, José; SILVA, Mauro José da	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1991_v53_n2.pdf
RBG	1992	54	1	121-177	Artigo	Reordenação espacial e evolução da economia agrária: o caso das terras altas da transição agreste-mata do norte de Pernambuco	GRABOIS, José; SILVA, Mauro José da; MACIEL, Caio Augusto Amorim	http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1992_v54_n1.pdf

Equipe técnica

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Claudio Stenner

Gerência de Regionalização

Paulo Wagner Teixeira Marques

Cayo de Oliveira Franco

Coordenação do Projeto

Camilla Silva Motta dos Santos

Equipe Responsável

Bruno Dantas Hidalgo

Cayo de Oliveira Franco

Daiane Batista de Souza

Felipe Pires do Rio Mazur

Maria Amélia Vilanova Neta

Pedro Henrique Braga Moreira Lima

Thalita Campos Lima

Colaboradores

Coordenação de Geografia

Adma Hamam de Figueiredo

Diogo de Carvalho Cabral

Felipe Mendes Cronemberger

Marcelo Paiva da Motta

Mauricio Gonçalves e Silva

Maria Lucia Ribeiro Vilarinhos

Maria Monica Vieira Caetano Oneill

Coordenação de Estruturas Territoriais

André Lopes de Souza
Fernando Souza Damasco
Gabriel Bias Fortes Pereira da Silva Medeiros

Diretoria de Informática

Coordenação de Metodologia e Banco de Dados

Luiz Antônio Vivacqua Correa Meyer

Gerência de Sistemas de Geociências

Maria Teresa Marino

Gerência de Projeto

Maria Tereza Carnevale

Equipe técnica

Eduardo Fontenelle Carrera da Silva
Italo Leite Ferreira Portinho
Raphael Pithan Brito

Colaboradores

Coordenação de Serviços de Informática

Gerência Técnica de Operações e Produção em Informática

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Fernanda Jardim
Katia Vaz Cavalcanti
Marisa Sigolo

Diagramação tabular

Solange Maria Mello de Oliveira

Diagramação textual

Aline Carneiro Damacena

Programação visual da publicação

Fernanda Jardim
Luiz Carlos Chagas Teixeira
Marisa Sigolo
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Produção do e-book

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Juliana da Silva Gomes
Karina Pessanha da Silva (Estagiária)
Kleiton Moura Silva (Estagiário)
Lioara Mandoju
Nadia Bernuci dos Santos
Solange de Oliveira Santos
Vera Lúcia Punzi Barcelos Capone

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva
Juliana da Silva Gomes

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques
Ronaldo Soares de Aguiar

Série Estudos e Pesquisas

ISSN 1415-9813

Números Divulgados

Informação demográfica e socioeconômica - ISSN 1516-3296

Síntese de indicadores sociais 1998, n. 1, 1999.

Evolução e perspectivas da mortalidade infantil no Brasil, n. 2, 1999.

População jovem no Brasil, n. 3, 1999.

Síntese de indicadores sociais 1999, n. 4, 2000.

Síntese de indicadores sociais 2000, n. 5, 2001.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000, n. 6, 2001.

Mapa do mercado de trabalho no Brasil 1992-1997, n. 7, 2001.

Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 8, 2002.

Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000, n. 9, 2002.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000, n. 10, 2002.

Síntese de indicadores sociais 2002, n. 11, 2003.

Síntese de indicadores sociais 2003, n. 12, 2004.

Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000, n.13, 2004.

Indicadores sociais municipais: uma análise da amostra do censo demográfico 2000, n.14, 2004.

Síntese de indicadores sociais 2004, n. 15, 2005.

Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000, n. 16, 2005.

Síntese de indicadores sociais 2005, n. 17, 2006.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003, n. 18, 2006.

Síntese de indicadores sociais 2006, n. 19, 2006.

Tendências demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos censos demográficos 1940 e 2000, n. 20, 2007.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2007, n. 21, 2007.

Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005, n. 22, 2008.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2008, n. 23, 2008.

Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, revisão 2008, n. 24, 2008.

Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil 2009, n. 25, 2009.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009, n. 26, 2009.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010, n. 27, 2010.

Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, n. 28, 2010.

Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, n. 29, 2012.

Tábuas abreviadas de mortalidade por sexo e idade - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, n. 30, 2013.

Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007- 2010, n. 31, 2013

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013, n. 32, 2013.

Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, n. 33, 2014.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2014, n. 34, 2014.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015, n. 35, 2015.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016, n. 36, 2016.

Informação geográfica - ISSN 1517-1450

Saneamento básico e problemas ambientais em Goiânia, n. 1, 1999.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002, n. 2, 2002.

Reserva ecológica do IBGE: ambientes e plantas vasculares, n. 3, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2004, n. 4, 2004.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008, n. 5, 2008.

Vetores Estruturantes da Dimensão Socioeconômica da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2009, n.6, 2009.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2010, n. 7, 2010.

Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal 2003, n. 8, 2011.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2012, n. 9, 2012.

Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2015, n. 10, 2015.

Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação, n. 11, 2017.

Informação econômica - ISSN 1679-480X

As micros e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001, n. 1, 2003.

Caracterização do setor produtivo de flores e plantas ornamentais no Brasil, n. 2, 2004.

Indicadores agropecuários 1996-2003, n. 3, 2004.

As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002, n. 4, 2004. 2. ed. 2004.

Economia do turismo: análise das atividades: características do turismo 2003, n.5, 2006.

Demografia das empresas 2005, n.6, 2007.

Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.7, 2008.
As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005, n.8, 2008.
Economia da saúde: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005, n.9, 2008.
Demografia das empresas 2006, n.10, 2008.
O Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil 2003-2006, n. 11, 2009.
Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006, n.12, 2009.
Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2007, n.13, 2010.
Demografia das Empresas 2008, n. 14, 2010.
Estatísticas de Empreendedorismo 2008, n. 15, 2011.
Demografia das Empresas 2009, n. 16, 2011.
Demografia das Empresas 2010, n. 17, 2012.
Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, n. 18, 2012.
Estatísticas de Empreendedorismo 2010, n. 19, 2012.
As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010, n. 20, 2012.
Demografia das Empresas 2011, n. 21, 2013.
Estatísticas de Empreendedorismo 2011, n. 22, 2013.
Demografia das Empresas 2012, n. 23, 2014.
Estatísticas de Empreendedorismo 2012, n. 24, 2014.
Demografia das Empresas 2013, n. 25, 2015.
Estatísticas de Empreendedorismo 2013, n. 26, 2015.
Demografia das Empresas 2014, n. 27, 2016.
Estatísticas de Empreendedorismo 2014, n. 28, 2016.

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800-721-8181

CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

DOS ESPAÇOS RURAIS E URBANOS DO BRASIL

UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Com o lançamento da *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE visa apresentar uma proposta de classificação, por município, dos espaços rurais e urbanos, identificados a partir de critérios comuns para todo o Território Nacional, colocando em debate um dos temas mais caros à identidade geográfica dessa Instituição.

Tendo em vista o presente cenário de intensa urbanização vivenciada no País, este debate é apresentado como uma âncora para discussões sobre a questão rural-urbano com o propósito de aprimorar a classificação que será divulgada no Censo Demográfico 2020. Para tal, a presente publicação está estruturada em três capítulos temáticos: o primeiro relata a trajetória conceitual construída pela Geografia do IBGE em torno da delimitação das dimensões rural e urbana e traz uma discussão contemporânea sobre o assunto. O segundo apresenta o contexto político-institucional, internacional e nacional, e fornece uma revisão dos critérios utilizados em outros países, revelando as diferentes abordagens e dados estatísticos utilizados pelas diversas nações. Por fim, encontra-se no terceiro capítulo o desenvolvimento da metodologia e os referenciais empregados na elaboração da presente proposta de tipologia municipal. Uma lista da bibliografia sobre a temática rural-urbano, divulgada nos periódicos do IBGE desde 1939, está apresentada sob a forma de Anexo.

Espera-se que o conjunto das informações ora divulgadas, também disponibilizadas no portal do IBGE na Internet, permita, além de aprimorar a classificação divulgada no Censo Demográfico, aprofundar o conhecimento geográfico acerca da realidade territorial brasileira, considerando o movimento de continuidade/descontinuidade construído entre os espaços rurais e urbanos. Ademais, a grande demanda de classificações por parte da academia, da administração pública e da sociedade em torno desse tema não deixa dúvidas quanto à pertinência dessa discussão de forma contínua, considerando diversas abordagens e escalas.



9 788524 044212